UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA ÁRABE

Anselma Garcia de Sales

A Construção da Identidade Palestina: Análise Discursiva do Poema "Carteira de Identidade", de Mahmud Darwich, e outros Textos Palestinos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Árabe, do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Daniel Farah

SÃO PAULO
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA ÁRABE

Anselma Garcia de Sales

A Construção da Identidade Palestina: Análise Discursiva do Poema "Carteira de Identidade", de Mahmud Darwich, e outros Textos Palestinos

SÃO PAULO
2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao Prof. Dr. Paulo Daniel Farah, pela orientação; ao Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo e à Profa. Dra. Lineide Salvador Mosca, pelas aulas e sugestões da banca de qualificação; aos funcionários da USP e da UNICAMP; à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; aos meus familiares e amigos.

SUMÁRIO

ÍNDICE.....2

ÍNDICE DAS FIGURAS.....4

RESUMO.....5

ABSTRACT.....5

APRESENTAÇÃO.....6

CAPÍTULO 1 – O Contexto da Poesia Palestina.....9

CAPÍTULO 2 – O Processo de Maturação da Resistência Palestina ...34

CAPÍTULO 3 – A Construção do Discurso da Resistência Palestina: do Discurso ao Interdiscurso.....54

CAPÍTULO 4 – A Construção do Discurso da Resistência Palestina: Do Discurso à Exterioridade.....71

CAPÍTULO 5 – A Construção do *Ethos* Palestino de Resistência..... 84

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 96

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 6

CAPÍTULO I – O Contexto da Poesia Palestina..... 9

1.Introdução 9

2.Palestina: uma breve história.....10

3.A poesia palestina no contexto do Renascimento Árabe (*Nahda*).....21

4. Mahmud Darwich e a poesia palestina..... 25

CAPÍTULO II – O Processo de Maturação da Resistência Palestina..... 34

1.O nacionalismo árabe.....34

2.O Oriente Médio como Zona de Influência dos Estados Unidos e União Soviética.....38

3. A desunião árabe ….....39

4. A Guerra dos Seis Dias 41

5.O Setembro Negro.....43

6.A Guerra do Yom Kippur ….....44

7.Os acordos de Camp David ….....46

8.Os conflitos no Líbano ….....48

CAPÍTULO III – A Construção do Discurso da Resistência Palestina: do Discurso ao Interdiscurso..... 54

Primeira Hipótese – Primado do Interdiscurso.....55

Segunda Hipótese – Uma competência Discursiva ….....58

Terceira Hipótese – Uma Semântica Global ….....61

Quarta Hipótese – A Polêmica como Interincompreensão.....66

CAPÍTULO IV – A Construção do Discurso da Resistência Palestina: Do Discurso à Exterioridade..... 71
Quinta Hipótese – Do discurso à prática discursiva ….....71
Sexta Hipótese – Uma prática intersemiótica ….....75
Sétima Hipótese – Um esquema de correspondências ….....80

CAPÍTULO V – A Construção do *Ethos* Palestino de Resistência 84
1.*Ethos* retórico e *ethos* discursivo.....84
2.O *Ethos* Palestino de Resistência..... 89

CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 96

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – Mapas: Plano de Partilha da ONU e Palestina após Guerra de 1948.....17

Figura 2 – Mapa de Israel após 1967.....19

Figura 3 – Mapa das Guerras de 1967 e 1973.....46

Figura 4 - *The Wall*, Ismail Shammout, 2004.....77

Figura 5 – Cena do Filme *The Dupes*, 1972.....78

Figura 6 – Casa em Faixa de Gaza, *Folha de São Paulo*, 21/11/04.....79

RESUMO

A criação do Estado de Israel, em 1948, provocou grandes transformações que influenciaram a vida cultural e política da Palestina. No caso da poesia, observa-se a partir de 1948 a presença de temas que tratam da resistência e da afirmação da identidade. Assim, o presente trabalho terá como objetivo analisar, sob a ótica da Análise de Discurso, um *corpus* representativo da poesia palestina após 1948, de modo a compreender de que forma o confronto entre o simbólico e o político representa as relações entre o *ethos* discursivo e a construção da identidade num momento histórico particular.

Palavras chave: Literatura e Resistência, Poesia Palestina, Identidade, *Ethos* Discursivo, Análise de Discurso.

ABSTRACT

The creation of Israel State, in 1948, had caused many changes that had an influence on palestinian culture and politics. After 1948, the palestinian poetry started to talk about resistance and affirmation of identity. Thus this work had an intention to analyse, by Discourse Analysis, a representative corpus of the palestinian poetry wrote after 1948, in order to understand how the confrontation between the discoursive ethos and the construction of identity.

Keywords: Literature and Resistance, Palestinian Poetry, Identity, Discoursive Ethos, Discourse Analysis.

APRESENTAÇÃO

A preocupação de estudar a constituição do discurso da resistência palestina por meio da literatura surgiu das reflexões feitas durante o curso de Mestrado, cujo propósito inicial era a análise literária da poesia palestina de modo a destacar os elementos da resistência.

Nesse percurso, observamos que elencar os elementos da resistência presentes em determinados *corpora* escolhidos para análise nos conduziria a uma análise conteudística, que se traduziria numa empreitada um tanto simplista ao analisar um tema bastante abrangente como a resistência palestina.

Ao partir do pressuposto de que o tema da resistência palestina abrange a relação entre elementos como língua, história, sujeitos e sentidos, consideramos ser mais apropriado submeter o tratamento desse tema a uma análise discursiva, apreendendo a literatura enquanto discurso literário.

Para tanto, elegemos um poema representativo da literatura palestina: "Carteira de Identidade", de Mahmud Darwich, um dos principais poetas da resistência. Ao lado desse texto do poeta, outros textos representativos do discurso da resistência palestina serão apresentados a fim de confirmar a presença desse discurso em outros espaços discursivos além do literário.

As finalidades da poesia palestina superam os propósitos poéticos clássicos de fruição (*placere*) e ensinamento (*docere*), que correspondem, na obra em questão, às funções de denúncia e mobilização. A denúncia no lugar da fruição vem a ser a *catarse* de um sentimento de indignação frente à realidade aniquiladora, e a mobilização, no lugar de ensinamento, diz respeito à experiência da resistência que engloba todas as ações empreendidas para suspender a situação de opressão.

A poesia palestina é, portanto, "uma narrativa mítica de um drama

proferido pelo poeta em nome de seu povo"[1] e, por isso, uma análise discursiva dessa poesia deve levar em conta a constituição do sujeito no e pelo discurso, sujeito esse caracterizado pela dispersão, na medida em que é o portador de diversas vozes sociais e, ao mesmo tempo, tem sua imagem construída pelo seu modo de dizer.

No entanto, antes de procedermos à discussão a respeito da constituição do sujeito da resistência através da poesia, consideramos pertinente delimitar o contexto histórico a partir do qual essa poesia emerge e, em seguida, ao ter como base esse contexto, abordar a construção do discurso da resistência.

Tendo em vista esse propósito, apresentamos no primeiro capítulo o contexto da poesia palestina, da Antiguidade até seu surgimento como componente da resistência. Nesse capítulo, apresentamos também nosso *corpus* principal de análise e sua inserção numa abordagem discursiva. No segundo capítulo, que ainda discorre sobre o contexto de produção do discurso da resistência palestina, apresentamos o processo de maturação desse movimento.

No terceiro e quarto capítulos, discutimos a construção do discurso da resistência palestina sob a ótica das sete hipóteses formuladas por Dominique Mainguenau acerca da Gênese dos Discursos. Inicialmente, no terceiro capítulo, abordamos quatro dessas hipóteses, que relacionam o discurso ao interdiscurso e, no quarto capítulo, as três últimas hipóteses que se referem às instâncias "exteriores ao discurso: a institucional, a intersemiótica e a histórica".

No quinto capítulo, abordamos a construção do *ethos* palestino de resistência, com a finalidade de analisarmos a constituição do sujeito no e pelo discurso, como forma de compreensão de uma identidade que emerge num momento histórico específico.

Portanto, nosso propósito no presente trabalho é analisar a obra

[1] CARRÉ, Olivier. *L'idéologie Palestinienne de Résistance***.** Paris: Foundation Nationale dês Sciences Politiques, 1972, p. 38.

literária enquanto discurso de uma realidade social pré-existente e ao mesmo tempo contemporânea, ou seja, analisar a construção do discurso na literatura sob a perspectiva dos elementos interdiscursivos e intradiscursivos que a compõem. Desse modo, o discurso da resistência, expresso através de um conjunto de textos de gêneros diversificados, vem a ser o conteúdo da resistência como também um modo de resistência.

CAPÍTULO 1 – O Contexto da Poesia Palestina

1. Introdução

O contexto de produção de uma obra literária pode remeter tanto à situação de enunciação quanto às circunstâncias históricas em que se dá essa enunciação. Desse modo, ao considerar o contexto de produção da poesia palestina, devemos necessariamente abordar as dimensões enunciativa e histórica no estudo da constituição do discurso da resistência palestina.

A partir daí veremos que o discurso da resistência é ao mesmo tempo a própria resistência, uma vez que esse discurso está inscrito num lugar em que ele é instrumento de uma ação coletiva como também a materialidade das ações dessa coletividade. Assim, a poesia palestina é o 'conteúdo' da resistência, ou seja, enunciado e 'modo' de resistência, isto é, enunciação, segundo Maingueneau (1995)[2]

> Nosso objetivo não é abranger a totalidade dos problemas colocados pela relação entre uma obra e seu local de surgimento, mas mostrar como o que é impropriamente chamado de "conteúdo" de uma obra é atravessado na realidade pelo retorno às suas condições de enunciação. Na própria medida em que se trata de seu contexto, a obra só se constitui constituindo-o.

Dessa forma, inicialmente, apresentaremos o percurso histórico da Palestina, para em seguida situarmos o momento específico em que se dá a construção do discurso da resistência por meio da poesia.

---

[2] MAINGUENEAU, Dominique. *O Contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.22.

2. Palestina: uma breve história

Em torno do ano 3000 a.C. assírios, hebreus e fenícios deram início ao povoamento das terras em torno do rio Jordão. Outro povo, os cananeus, ocupou a faixa de terra correspondente hoje à Palestina, então denominada Canaã. No mesmo período também se estabeleceram na Palestina os amoritas e aramaicos, seguidos posteriormente, no início do ano 2000 a.C., pelos hititas. No fim do segundo milênio da era pré-Cristã, os hebreus se estabelecem na região organizados em tribos, as famosas Doze Tribos de Israel. Nesse mesmo período, passam também a ocupar a região os filisteus, que somados aos aramaicos e cananeus se tornam uma presença ameaçadora aos hebreus, que por meio da monarquia tentam monopolizar o poder e organizar frentes de defesa contra os possíveis ameaçadores.

No reinado de Davi e Salomão, em torno do ano 1000 a.C., os hebreus vencem os filisteus e empreendem grandes avanços arquitetônicos e econômicos através do comércio com outros povos, fato que enriquece Israel, porém não evita a ocorrência de conflitos internos. Após a morte do rei Salomão, Israel se divide em dois reinos: Israel e Judá. Israel é sucumbido pela monarquia assíria, enquanto Judá mantém-se relativamente autônomo. Por conta do reino de Judá, seus membros seriam chamados de "judeus".

Na ocasião da invasão e destruição da cidade de Jerusalém pelo exército de Nabucodonosor II, no ano de 587 a.C., uma parcela dos judeus parte para o exílio, e aqueles que permanecem são levados para o cativeiro na Babilônia. Esse episódio ficou conhecido como a primeira diáspora dos judeus.

A reconstrução de Jerusalém só foi possível no ano de 539 a.C., após a conquista da Palestina pelos persas, povo desafeto dos babilônios. A partir desse período de submissão ao povo persa, a sociedade da Palestina passa a ser estruturada em torno dos elementos incipientes da religião judaica.

Alexandre, O Grande domina a Palestina em 334 a.C. e empreende

como consequência desse domínio a difusão de caracteres helênicos entre os judeus, que se misturam aos demais povos locais. No entanto, a consolidação do monoteísmo entre os judeus os destacava, nesse "caldeirão cultural", como um dos povos menos assimilados dentre os diversos da região:

> Essa área era também o principal centro do ensino religioso judaico, e um refúgio para filósofos pagãos e cientistas médicos das cidades gregas do mundo mediterrâneo. Várias formas de língua persa ali disseminavam-se; a escrita usada na época é conhecida como pálavi. Também disseminado estava o aramaico, uma língua semita ligada ao hebraico e ao árabe, e corrente em todo o Oriente Médio na época; uma de suas formas é conhecida como siríaco.[3]

Com a expansão do Império Romano, Jerusalém é conquistada em 63 a.C. pelo general Pompeu. Durante o domínio romano, vê-se emergir na Palestina as bases de uma nova religião monoteísta: o cristianismo.

> O império tornara-se cristão, não apenas por decreto formal do soberano, mas por conversão em diferentes níveis. A maioria da população era cristã, embora filósofos pagãos ensinassem na escola de Atenas até o século VI, comunidades judaicas vivessem nas cidades, e lembranças de deuses pagãos ainda rondassem os templos transformados em igrejas. O cristianismo dera uma nova dimensão à lealdade prestada ao imperador e um novo esquema de unidade para as culturas locais e seus súditos. As ideias e as imagens cristãs eram expressas nas línguas literárias das várias regiões do Império, e também no grego das cidades: armênio na Anatólia Oriental, siríaco na Síria, copta no Egito.[4]

Em 70 d.C., Jerusalém é destruída durante o governo de Tito, que toma tal medida drástica como forma de conter uma série de revoltas judaicas iniciadas quatro anos antes. A partir desse período, deu-se uma nova diáspora hebraica; restaram na região da Palestina poucas

[3] HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.26.
[4] HOURANI, A. *Op.Cit.* p.24.

comunidades judaicas.

Por conta da segunda dispersão judaica, os povos que habitavam a Palestina eram predominantemente cristãos, a presença árabe e islâmica se intensificaria na primeira metade do século VII com a conquista muçulmana da região, que até então fazia parte do Império Romano do Oriente.

> À medida que se ampliava a área conquistada, necessariamente mudava o modo como ela era governada. Os conquistadores exerciam sua autoridade a partir dos acampamentos militares nos quais se alojavam os soldados árabes. Na Síria, a maioria desses acampamentos ficava nas cidades já existentes, mas em outras partes criavam-se novos núcleos; Basra e Kufa no Iraque, Fustat no Egito (do qual surgiria depois o Cairo), outros na fronteira nordeste do Curasão. Como centros de poder, esses acampamentos eram polos de atração para imigrantes da Arábia e das terras conquistadas, transformaram-se em cidades, com o palácio do governador e o lugar de assembleia pública, a mesquita, no centro.[5]

Por muitos séculos a Palestina esteve sob o domínio dos califados da Arábia, da Síria e do Egito, que se alternavam no poder mediante disputas entre dinastias e grupos islâmicos, mas no século XV a região veio a ser incorporada pelo Império Otomano e ficou sob seu domínio até o final da Primeira Guerra Mundial.

Após a Primeira Grande Guerra, o Império Otomano, derrotado, perdeu seus territórios para a França e para a Grã-Bretanha, que passou a controlar a Palestina mediante mandato concedido pela Liga das Nações (que viria a formar as Nações Unidas).

A população da Palestina antes do mandato Britânico era estimada em pouco mais de meio milhão de habitantes, no entanto a estatística é pouco confiável, segundo HADAWI e LEHN (1977)[6]:

> Estatísticas confiáveis sobre a população palestina antes

[5] HOURANI, A. *Op. Cit.*, p.45.
[6] HADAWI, Sami, LEHN, Walter. "Zionism and the Lands of Palestine", in *Zionism & Racism*. Eaford, 1977, p. 2.

> do Mandato não existem. E por mais inadequados que os dados turcos e britânicos pareçam ser, eles são ainda as melhores fontes de informação e são menos tendenciosas do que as fontes partidárias. Um censo turco de 1914 mostra uma população total de 689.275; se os nômades foram ou não incluídos não há certeza. Desse total, Arthur Ruppin, um oficial da Organização Sionista, e portanto, não envolvido, estima que 57.000 a 62.000 (8,3% a 9%) eram judeus.

Vê-se, portanto, que a ideia de uma Palestina desabitada antes da emergência do Movimento Sionista é falsa, assim como não é verdadeira a ideia de que a região passou ser reivindicada pelos árabes somente após a imigração judaica, conforme atesta SAID (1990)[7]:

> A Palestina era vista – por escritores como Lamartine [poeta e político francês do século XIX] e pelos primeiros sionistas – como um deserto vazio esperando para florescer; os habitantes que porventura tivesse eram supostamente nômades inconsequentes que não tinham nenhum direito real sobre a terra e, portanto, nenhuma realidade cultural ou nacional.

A partir de 1882, a população judaica na palestina começou a aumentar sistematicamente com a imigração de judeus russos que instalaram colônias agrícolas na região. Esse contingente populacional, vitimado por políticas discriminatórias, fugia das perseguições que passou a sofrer em seus locais de origem. Esse grupo era apoiado por empresários, políticos e intelectuais que idealizaram a Palestina como a Terra Prometida, onde os judeus poderiam encontrar refúgio e reunir os laços rompidos pela dispersão. A Palestina passou a ser considerada como a terra de Davi e Salomão, o Sion, que inspirou o movimento do Sionismo.

A Organização Sionista Mundial foi fundada em 1897 na Basiléia, na Suíça, e tinha como objetivo promover o retorno dos judeus à "Terra Prometida". O principal artífice do movimento, o jornalista húngaro

[7] SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo:Companhia das Letras, 1990.

Theodor Herzel, havia publicado em 1896 *O Estado Judeu*, obra que defendia a necessidade da existência de um lar para os judeus:

> A questão judaica existe por toda parte onde os judeus vivem, por menor que seja o seu número. Creio compreender o anti-semitismo, que é um movimento muito complexo. Em minha qualidade de judeu, encaro o anti-semitismo sem ódio e sem medo. Para resolver a questão judaica, é preciso transformá-la numa questão política universal, que deverá ser regulada pelos conselhos dos povos civilizados. Na noite de sua história, os judeus não deixaram de sonhar com este sonho real: 'no ano que vem, em Jerusalém'. Esta é a nossa antiga palavra. Trata-se agora de demonstrar que o sonho pode-se transformar num pensamento luminoso.[8]

O Movimento Sionista se expandiu e com o apoio de ricos empresários foi criado o Fundo Nacional Judaico, que permitiu a compra de terras na Palestina para os primeiros imigrantes judeus, que em 1909 fundaram Tel Aviv e se estabeleceram em fazendas comunitárias chamadas *kibutzim*.

Depois de 1916, intensificou-se a imigração de judeus para a Palestina, fato que começou a gerar conflitos com a população árabe já estabelecida na região. No intuito de opor-se a ações que refletiam o descontentamento árabe, os judeus criaram uma organização paramilitar, a *Haganah*.

Em meio aos conflitos, a Grã-Bretanha foi obrigada a se posicionar a respeito da política que pretendia para a região. Desse modo, o secretário de estado britânico, lorde Arthur Balfour, afirmou em 1917 que seu Estado era favorável à criação de um lar nacional para os judeus na Palestina, ato que ficou conhecido como Declaração de Balfour:

> A visão da Palestina governada pelos britânicos como uma colônia foi agravada pela contenda nacional entre

[8] HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

> posseiros judeus e árabes palestinos que se intensificou durante o período do mandato. Enquanto a colonização sionista na Palestina começou durante o governo otomano, no final do século XIX, o reconhecimento oficial britânico e seu apoio dotaram o projeto sionista com significativas vantagens. Ao contrário do posicionamento otomano, a Grã-Bretanha declarou seu apoio ao "estabelecimento na Palestina de um lar nacional para os judeus", em Novembro de 1917, bem antes da ocupação do país. Esse episódio ficou conhecido como a Declaração Balfour. [9].

Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha assegurava aos árabes o direito de uma pátria na Palestina, direito previsto pelo Artigo 6 da Carta da Liga das Nações, porém tal promessa não foi cumprida:

> Por outro lado, tanto a Declaração Balfour como o Artigo 6 da Carta da Liga das Nações incluíram explicitamente cláusulas para preservar os direitos da população palestina. Desse modo, os britânicos tiveram que assumir o que ficou conhecido como "dupla obrigação": ajudar no estabelecimento de um lar nacional para os judeus e assegurar os direitos dos árabes palestinos no processo. Apesar das mudanças da política britânica relativa ao projeto sionista ao longo do mandato, a monumental expansão da colonização judaica entre 1918 e 1948 indica que no final do período – intencionalmente ou não – a política governamental foi benéfica a colonização sionista em detrimento dos interesses da população não judaica do país. [10]

Com a finalidade de tentar conter os conflitos, a Grã-Bretanha decide limitar o fluxo imigratório para a Palestina e publica um documento, o Livro Branco, no intuito de formalizar sua nova decisão acerca do freio à imigração. Entretanto, entre os anos de 1932 e 1938, impulsionados pelas perseguições nazistas aos judeus na Europa, mais de 200 mil imigrantes chegaram à Palestina fugindo da onda anti-semita que assolava o Velho

[9] FORMAN, Geremy; KEDART, Alexander. "Colonialism, Colonization and Land Law in Mandate Palestine: The Zor al-Zarqa and Barrat Qisarya Land Disputes in Historical Perspective" in: *Theoretical Inquiries in Law*. Vol.4, n. 2, July, 2004, p. 496.
[10] FORMAN, G.; KEDART, A. *Op. cit*, p.497.

Mundo. A partir desse momento, a situação entre árabes e judeus tornou-se insustentável.

Greves, manifestações e atentados indicavam a necessidade de que alguma solução rápida fosse oferecida ao problema. Nesse sentido, a Grã Bretanha chega a assinar um novo Livro Branco, limitando a entrada de judeus na Palestina ao número de 75 mil até o ano de 1944. Após esse prazo, os ingleses se comprometeriam a entregar aos árabes a responsabilidade de controlar a imigração.

> A Palestina era outra questão a se discutir: em 1922, a Grã-Bretanha aceitou um mandato da Liga das Nações para levar adiante um programa sionista que ela apoiara vigorosamente em 1917, mas pelo qual perdera todo o entusiasmo no início da década de 1920.
> Não há motivo para surpresa, então, quando, nos anos seguintes, funcionários britânicos passaram a governar o Oriente Médio sem grande senso de direção ou convicção. Isso foi consequência de uma peculiaridade do acordo de 1922: depois de terem destruído a velha ordem na região e espalhado tropas, tanques e aviões militares em todo o canto, do Egito ao Iraque, os formuladores das políticas britânicas impuseram um acordo ao Oriente Médio, em 1922, no qual, na maior parte, eles mesmos não mais acreditavam.[11]

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o fluxo de imigração judaica para a Palestina foi imenso e os conflitos na região se acirraram. Em 1938 um atentado no hotel King David, em Jerusalém, promovido pelo grupo *Irgun*, fundado por estudantes da Universidade Hebraica de Jerusalém, deixou um saldo de 91 mortos e dezenas de feridos. A população palestina, aterrorizada com a violência e com a iminente perda de suas terras, resiste, mas, após o famoso massacre ocorrido em 1947 na aldeia Deir Yassin, em que 245 moradores foram mortos, cerca de 500.000 palestinos se veem obrigados a deixar suas casas.

No mesmo ano do massacre de Deir Yassin, a Grã-Bretanha renuncia

[11] FROMKIN, David. *Paz e Guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p.612.

ao mandato sobre a Palestina, e a ONU toma a decisão de dividir a região em dois Estados independentes: um palestino e outro judeu. Porém os palestinos e os estados árabes vizinhos recusaram a proposta da ONU, pois o plano concederia muito mais terras aos judeus do que a quantidade que controlavam durante o mandato britânico. A discordância em relação ao plano da ONU traduziu-se em choques armados entre judeus e palestinos.

Em 14 de maio de 1948, foi proclamada a fundação do Estado de Israel. Após ataque de diversos países árabes, a guerra se estendeu até 1949; os Estados árabes foram derrotados e Israel ficou com o controle de 75% do território da Palestina. Os 25% que restaram do território palestino ficaram com o Egito, que assumiu o controle da faixa de Gaza, e com a Jordânia, que ficou com a Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém.

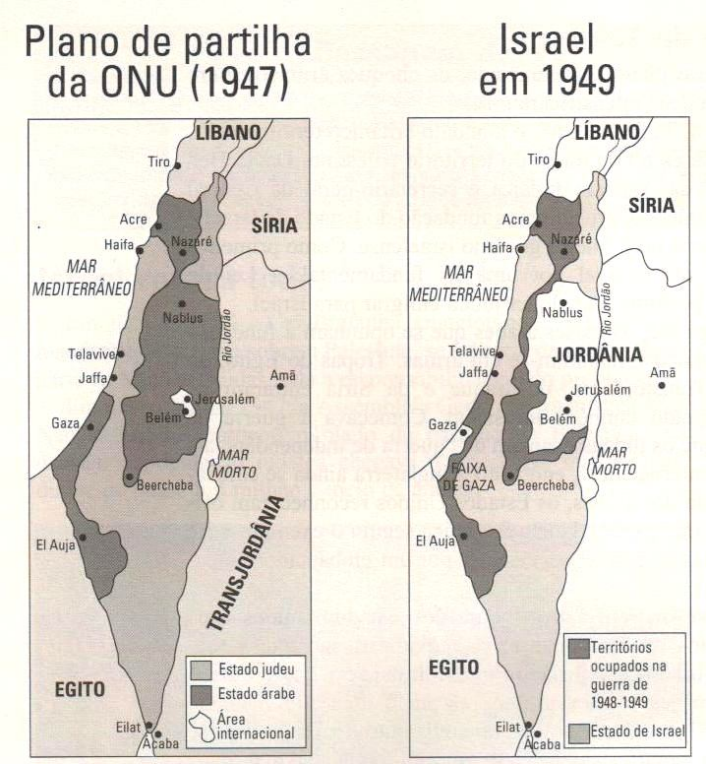

Figura 1 – Mapas: Plano de Partilha da ONU e Palestina após Guerra de 1948.[12]

O pior resultado da guerra de 1948 foi o início do drama de milhares

[12] YASBEK, Mustafa. *Palestinos: em busca da pátria*. São Paulo: Ática, 1995, p.20.

de palestinos que nos primeiros anos após a guerra se instalaram em campos de refugiados nos países árabes vizinhos da Palestina. SAID (2003)[13] relata essa experiência:

> A guerra de 1948 – chamada de Guerra de Independência de Israel – foi uma catástrofe para os palestinos: dois terços foram expulsos de seus lares e de seu país, muitos foram mortos, todas as suas propriedades foram tomadas e, para todos os efeitos, eles deixaram de existir como povo. Vi isso em minha própria família, tanto do lado de meu pai como do de minha mãe: todos os seus membros, sem exceção, tornaram-se refugiados, ficaram desenraizados e totalmente desorientados e ainda trazem as cicatrizes daquela terrível convulsão. Ter sido um dia membro de uma sociedade (admitidamente controlada pela Grã-Bretanha) em que era possível possuir propriedades, manter profissão ou emprego, constituir família, ir à escola, orar, lavrar a terra e até morrer como um cidadão, e no dia seguinte não poder fazer nada disso, foi para a maioria das pessoas que conheci uma morte em vida.

A negação de estar na própria terra fez com que os banidos se organizassem no exílio e nos campos de refugiados em torno de um movimento que tinha como objetivo articular uma série de ações que os conduziriam de volta à pátria: a resistência palestina. A respeito do conceito de *resistência* BOSI (2000)[14] afirma:

> A negação move-se para o campo da possibilidade: "oferecendo", "esperando". Sem esse movimento parece impossível fundar o conceito de resistência.
> Resistir é subsistir no eixo negativo que corre do passado para o presente; e é persistir no eixo instável que do presente se abre para o futuro.

No plano político, a resistência palestina foi institucionalizada pela criação da OLP – Organização para Libertação da Palestina – durante a Primeira Conferência Árabe de Cúpula, em 1964, no Cairo. No mesmo ano, no Congresso Nacional Palestino, em Jerusalém, a OLP foi oficializada e foi

[13] SAID, E. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 291.

[14] BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.226.

aprovada também a criação de um fundo para manter a instituição.

No entanto, mesmo após a criação da OLP, os conflitos envolvendo disputas territoriais entre os estados árabes e Israel se acirraram levando-os a um enfrentamento mais intenso no episódio que ficou conhecido como a Guerra dos Seis Dias. A ofensiva rápida de Israel resultou num maior controle deste estado sobre os territórios Palestinos: Gaza, Cisjordânia, colinas de Golan (na Síria), península do Sinai (Egito) e Jerusalém Oriental. Desse modo, após a guerra mais de 70% dos palestinos passaram a viver em áreas controladas por Israel.

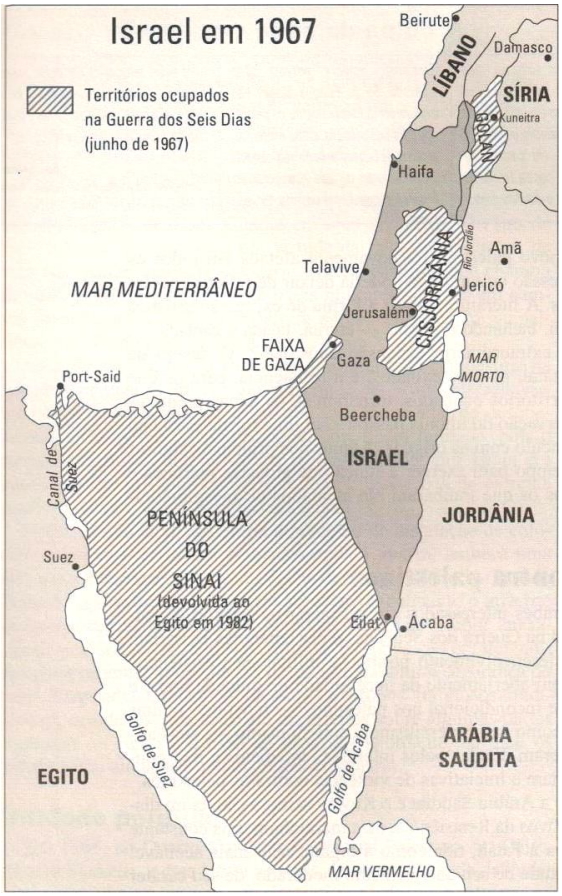

Figura 2 – Mapa de Israel após 1967 [15]

[15] YAZBEK, M. *Op.Cit*. p.29.

No aspecto cultural, a dispersão de intelectuais e escritores após a catástrofe (*nakba*) de 1948 fez com que o ressurgimento da literatura ocorresse fora da Palestina ocupada. O escritor Ghassan Kanafani (1936-1972), a quem se atribui a criação do termo *literatura de resistência*, entre os árabes, afirma a respeito do contexto cultural após a *nakba*:

> As cidades não eram unicamente a sede do comando político. Eram também, como é o caso na maioria das vezes, a da direção cultural e ideológica. Após a perda da Palestina, não sobrou mais nenhum eixo cultural que pudesse constituir o núcleo de um novo renascimento literário, pois uma geração inteira de escritores, senão mais, já havia se exilado. [16]

Assim, a literatura a partir desse momento passa a expressar a mensagem da resistência, uma vez que terá como principal missão reconstruir simbolicamente a pátria e a identidade perdidas. A poesia, enquanto gênero representativo dessa literatura, torna-se uma das formas de expressão mais evidentes da experiência da perda da terra, ao mesmo tempo em que será veículo de denúncia do contexto político responsável pelo apagamento sistemático do povo palestino. Dado esse contexto, o papel do poeta será o de ser porta-voz da reconstrução da identidade apagada. A afirmação do seu *eu*, através da palavra, representa a manutenção da existência de uma coletividade:

> Se o poeta resiste, se o poeta transpassa, imune, o turbilhão do céu e o turbilhão da terra, é porque já cumpriu o rito do sacrifício, já se auto-anulou (...)
> O Poeta, depois de ter conhecido o sepulcro, reergue-se e refaz com o verbo a Terra e os Tempos.[17]

---

[16] KANAFANI, Ghassan. *'Adab almuq¡wama f≈ Filas≤≈n almu®talla* (A literatura da resistência na Palestina ocupada). Beirute: D¡r Al´awda, 1966, p. 35. *Apud* FARAH, Paulo Daniel. *Geografia da Ausência: O espaço na Literatura Palestina (da Terra Natal ao Brasil).* Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, p.9.

[17] BOSI, A. *Op Cit*, p.219.

3. A poesia palestina no contexto do Renascimento Árabe (*Nahda*)

As referências primordiais do desenvolvimento de uma literatura nacional na Palestina remontam ao início do século XIX, período em que se constata a presença da poesia popular, encontrada também em outras regiões árabes. A descrição dessa poesia é feita por um escritor árabe da seguinte maneira:

> Até o advento do século XX, a poesia palestina estava voltada para sutilezas, elogios afetados e ocasiões sociais especiais. Os significados eram convencionais e repetitivos e as metáforas, banais. À poesia faltava a representação de quaisquer preocupações humanas reais e ela se originava antes de um vazio espiritual e intelectual.[18]

Após a renascimento (*nahda*), que se iniciou no século XIX, a cultura árabe passou a retratar em suas produções questões voltadas ao nacionalismo, à afirmação da identidade e à realidade social e política como um todo. O aumento da população urbana nos países árabes, ainda sob o domínio otomano, demandou uma reforma na educação que veio acompanhada de uma reforma cultural de amplas bases. No plano editorial, um aumento no número do público leitor provocou a circulação e a impressão de mais livros, jornais e periódicos, fato que intensificou a tradução de obras europeias para o árabe.

> Os primeiros jornais foram os publicados sob o patrocínio oficial em Istambul, Cairo e Túnis, contendo textos e explicações de leis e decretos. O jornal de opinião não oficial surgiu depois, quando uma nova geração de leitores desejava saber o que se passava no mundo, e o telégrafo tornou possível satisfazer a sua curiosidade. O tamanho do público leitor e o maior grau de liberdade intelectual tornaram o Cairo o centro da imprensa diária,

[18] MUSTAFA, K. *Aººi'r alfilas≤≈niy al®ad≈¢* (Poesia palestina moderna). Bagdá: [s.n.], 1978, p. 29. Apud FARAH, P.D. 2004, p. 5.

> e mais uma vez os primeiros jornalistas bem-sucedidos foram imigrantes do Líbano; *al-Ahram*, fundado pela família Taqla em 1875, iria depois tornar-se o principal jornal do mundo árabe.[19]

No aspecto literário, a *nahda* provocou uma mudança na linguagem e no conteúdo expressivo das obras literárias, que procuraram avaliar o passado segundo as referências atuais, fenômeno semelhante foi observado nos gêneros, que também retomaram o passado sob a ótica das novas possibilidades de recriação poética:

> Com o passar do tempo, porém, surgiu um novo tipo de literatura, em que escritores árabes tentaram expressar em árabe a consciência que tinham de si mesmos e de seu lugar no mundo moderno. Uma das principais preocupações da nova literatura era a própria língua árabe. Os que haviam sido criados dentro da esfera da radiação da nova cultura e literatura da Europa começaram a olhar seu próprio passado de uma forma nova. Textos de obras clássicas árabes eram impressos tanto no Cairo quanto na Europa. Antigos gêneros literários foram revividos; o principal escritor libanês da época, Nasif al-Yaziji (1800-1871), escreveu uma obra no estilo do *maqamat*, uma série de histórias e anedotas sobre um herói cheio de recursos, narrada em elaborada prosa rimada. Outros dispuseram-se a adaptar a língua para expressar ideias novas e novas formas de sensibilidade artística. Butrus Bustani e os que aprenderam com ele usaram um novo tipo de prosa expiatória, sem se fastar das regras básicas da gramática árabe, mas com modos mais simples de expressão e novas palavras e expressões idiomáticas, desenvolvidas dentro dos recursos da língua árabe ou adaptadas do inglês ou francês.[20]

A possibilidade de contar com uma maior liberdade no processo de criação literária se fez presente também na poesia árabe, que aos poucos foi substituindo o sistema clássico de metro e rima para o verso livre. O conteúdo da poesia árabe também se alterou por conta da *nahda*, a

---

[19] HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 399.

[20] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 401-402.

abordagem intimista deu lugar à expressão de sentimentos coletivos e temas da realidade social.

> Ahmad Shawqi (1868-1932) pode ser encarado como um poeta clássico tardio, usando linguagem elevada para comemorar acontecimentos públicos ou expressar sentimentos nacionais, ou em louvor de soberanos; ele vinha da elite turco-egípcia reunida em torno da corte egípcia. Entre seus contemporâneos, porém, Khalil Mutran (1872-1949) escreveu poesia em que formas e linguagem tradicionais eram usadas não por si mesmas, mas para dar precisa expressão a uma realidade, fosse no mundo externo ou nos sentimentos do autor. Hafiz Ibrahim (1871-1912) expressou as ideias políticas e sociais dos egípcios de sua época com um toque mais comum, e com um apelo mais generalizado que Shawqi.[21]

O Egito e o Líbano eram os principais estados difusores do renascimento árabe, em suas capitais Cairo e Beirute era editada a maior parte dos livros distribuídos para os países árabes. Dentre esses livros destacam-se os voltados para a pesquisa histórica como o intitulado "Surgimento da literatura histórica entre os árabes", de Abd al-Aziz Duri e "História do Magreb", de Abdullah Larouni, essas obras refletem a necessidade do protagonismo árabe na interpretação de sua própria cultura. Além da historiografia, a consolidação de uma vasta produção literária do mundo árabe expressa a preocupação dos autores com sua realidade e as inquietações resultantes da assimilação europeia em contraste com a tradição árabe:

> O romance e o conto continuaram sendo as principais formas em que os escritores árabes examinavam suas relações com sua sociedade. Ao romance que expressava temas nacionalistas, e a situação do árabe educado despedaçado entre a herança herdada e a da Europa, acrescentava-se agora o da análise social e crítica implícita. Como antes, a ficção mais interessante era produzida no Egito. Numa série de romances da vida urbana, passados no Cairo e escritos da década de 1940 e

[21] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 402.

> 1950, Najib Mahfuz (1911-2007) descreveu as vidas da pequena burguesia do Egito, com suas ansiedades e confusões num mundo que se tornava estranho para eles; concederam-lhe o prêmio Nobel de Literatura de 1988. [22]

No caso da literatura palestina, além da influência do mundo árabe, ela permaneceu, sobretudo, contaminada pelos acontecimentos históricos locais e pela dispersão dos seus espaços de produção. A ênfase dessa literatura recai sobre a poesia, expressão fundamental da cultura árabe, pois é reflexo dos anseios do povo e expressão ímpar da identidade.

No período compreendido entre as décadas de 1920 a 1940 os poetas adotam como tema a resistência ao Mandato Britânico (1920-1948) e os principais representantes da poesia desse período – Ibrahim Tuqan (1905-1941) 'Abd-Irrahim Mahmud (1913-1948) e 'Abd-Alkarim Alkarmi (1911-1984) – expressam o nacionalismo ainda sob a forma da poesia árabe clássica, ou seja, o conteúdo dessa poesia é revolucionário envolto, no entanto, pela obediência às regras da métrica árabe.

Os lugares de circulação dessa poesia, dado seu caráter nacionalista, não eram os estritamente literários, nas reuniões políticas ou religiosas os textos eram invocados e lidos buscando a interação tanto de intelectuais como de pessoas comuns. A respeito da importância da poesia para os árabes, o poeta Jabra Ibrahim Jabra (1920-1944) afirma:

> O poeta, para os árabes, sempre foi a voz da tribo: ele celebra suas glórias e elogia suas conquistas. Ele a insta para a guerra, previne-a [de perigos] e a aconselha, além de cristalizar seu conhecimento. Ele tende a ficar em harmonia com ela. Quando, porém, um poeta choca-se com tudo isso e tende a chocar a sociedade – a nova "tribo" –, censurando-a, insistindo em seu próprio julgamento individual ao tentar medir seu valor em termos puramente humanos, não é provável que o choque seja assimilado facilmente.[23]

---

[22] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 515.

[23] JABRA, J. I. *Middle East Forum*, Vol. 43, N. 1. Bagdá: [s.n.], 1967, pp. 19-32. Apud Farah, P.D., 2004, p. 7.

Embora a poesia predominasse na literatura palestina antes de 1948, alguns ensaístas, tradutores e prosadores marcaram presença nesse período, com destaque para Khalil Baydas (1875-1953), considerado o primeiro ficcionista palestino. Sua obra "O Herdeiro" retrata o envolvimento de um jovem sírio com uma dançarina judia que o extorque; a narrativa se passa no Egito.

4. Mahmud Darwich e a poesia palestina

Mahmud Darwich nasceu em 1941 na cidade de Berwa, região da Galiléia. Em 1948, em meio aos acontecimentos da guerra que resultou na criação do estado israelense, a família do poeta foge da cidade rumo ao Líbano, na condição de refugiados. Dois anos mais tarde, Darwich retorna clandestinamente à Palestina e se descobre exilado na sua própria terra.

Na Palestina ocupada o poeta passa a fazer parte de grupos de oposição a Israel, como o *Al Ard* (A Terra). Filia-se ao Partido Comunista em 1960, trabalhando como redator-chefe da revista *Al Jadid* (publicação árabe do partido comunista israelita *Rakah*). A atuação de Darwich e de outros artistas na imprensa foi de fundamental importância para a construção e divulgação da resistência palestina:

> Mahmud Darwich fazia parte do grupo de palestinos que adquiriram fama no mundo árabe como 'Os Poetas da Resistência' ou 'Os Poetas da Terra Ocupada'. A causa desses poetas foi seguida com fervor pela imprensa árabe que os via como uma arma do conflito contra o sionismo. Eles eram retratados como tendo surgido espontaneamente do solo da Palestina, apadrinhados pelo espírito da resistência que repentinamente provocou a emergência desses poetas na terra ocupada [24]

Após constantes prisões, por conta da sua atuação política e pela

[24] DARWICH, Mahmoud. *The Music of Human Flesh*. London; Washington, D.C. : Heinemann : Three Continents Press, 1980, p.8.

condição de clandestino a ele imposta, Darwich parte no ano de 1970 para o exílio, do qual retorna apenas em 1995. Darwich faleceu em 09 de agosto de 2008 em Houston, Texas, após complicações decorrentes de uma cirurgia cardíaca.

A poesia de Darwich reflete o exílio vivenciado pelo poeta, no entanto, a experiência mais dolorida desse exílio, é aquela vivida dentro da própria pátria:

> O significado do termo *watan* (lar) é restrito na cultura árabe, confinado nas fronteiras da aldeia. Portanto, Darwich descobriu ao retornar que ele havia voltado do exílio no Líbano para um novo tipo de exílio "Eu havia sido um refugiado no Líbano e agora eu era um refugiado em meu próprio país", ele escreveu sobre o retorno para a vila que não existia mais, para o "lar perdido". Aquilo, de fato, é o fio comum conduzido por toda a obra de Darwich ao longo dos anos.[25]

A sensação de exilado em seu próprio país é expressa pela metáfora do deserto, lugar em que a escritura se faz necessária para a reconstrução da terra e da identidade:

> No deserto, o desconhecido me disse:
> Escreve!
> Respondi: há outra escrita na miragem
> Disse ele: escreve que a miragem reverdece
> Respondi: falta-me ausência
> Não domino a palavra
> Disse-me então: escreve, conhece
> Sabe onde estavas, onde estás
> Como vieste, quem serás
> Põe o teu nome na minha mão
> Escreve, sabe quem sou
> E espalha nuvens no céu
> Escrevi por fim:
> Aquele que escreve sua história
> Herda a terra das palavras
> E se apossa do sentido

[25] MASALHA, Salman. "Mahmoud Darwish Made a Homeland of Words". In: *Haaretz.com.* Sat., September 13, 2008 Elul 13, 5768.

Completamente![26]

A desterritorialização à qual foi submetido o povo palestino conferiu a sua poesia uma renovação estética e, sobretudo, temática que mobilizou novos e antigos sentidos como forma de expressão da experiência do sofrimento e reação ao apagamento de um povo e sua história:

> Sabe-se que, em 1948 e 1949, a maioria dos palestinos foi obrigada a deixar sua terra natal e todo um espaço foi apagado a fim de acolher um outro povo. (...) A destruição do espaço, a extinção dos lugares, era feita e ainda se faz não apenas para apagar os traços da existência de um povo mas também com o intuito de pôr fim ao sentido que esses lugares tinham para seus próprios habitantes.[27]

Assim, a missão do poeta será a de recuperar a pátria perdida através de seus versos, lançando mão da memória da coletividade como instrumento de resistência e sobrevivência física e simbólica:

> Nem precisa de lembrete: o Monte Carmelo está dentro de nós
> Em nossos cílios, a grama da Galiléia
> Não diga: Se pudesse correr até ela como um rio!
> Não diga:
> Nossa pátria é carne da nossa carne, sangue do nosso sangue.
>
> Antes deste junho éramos pombas desplumadas
> Por entre as correntes, porém, nosso amor não se desfez
> Irmã, por vinte anos a missão era a batalha
> Não a poesia.
>
> A sombra que encobre seus olhos
> – demônio de um deus
> que surgiu em junho
> para embrulhar nossa cabeça de sol –
> Tem cor de martírio
> E sabor de oração

[26] DARWICH, M. *Lim¡™a tarakta al®iÆ¡n wa®≈dan* (Por que deixaste o cavalo sozinho?). Beirute: Riad el Rayyes, 1995, p. 112. *Apud* FARAH, P.D. (2004), p.62.

[27] FARAH, P. D. *Op. Cit*, p.61.

> Ela mata com primor, ressuscita com primor!
>
> A noite que começou em seus olhos
> Em minha alma findou como longa noite
> Aqui e agora estamos
> Juntos, a caminho do retorno
> Da era da seca.[28]

A referência da identidade palestina a ser recomposta é espacial, ter novamente a propriedade do lugar de origem significa voltar a existir, retornar da condenação à morte decretada pelo usurpador. Com relação a essa necessidade de se reconstruir através do espaço, o geógrafo Rogério Haesbaert afirma:

> Assim, desterritorialização em territórios profundamente marcados por traços étnico-culturais implica, sobretudo, a destruição daquilo que Said (1990) denominou "geografias imaginárias", pois a identidade, nesses casos, depende profundamente desses construtos referidos a um determinado recorte geográfico, tenham eles um caráter mais concreto ou mais abstrato. [29]

A terra está, portanto, no âmago de cada palestino e, assim como o trigo que nasce e morre, a poesia deve expressar a experiência humana fundamental de viver e morrer na e pela terra:

> A terra nos é estreita. Ela nos encurrala no último desfiladeiro
> E nós nos despimos dos membros para passar
> A terra nos pressiona. Fôssemos nós o seu trigo para morrer e ressuscitar
> Fosse ela a nossa mãe para se compadecer de nós
> Fôssemos nós as imagens dos rochedos que o nosso sonho levará
> Como espelhos.[30]

---

[28] DARWICH, M. *Yawmiyy¡t jur® filas≤≈niy* (Diário de uma ferida palestina). Beirute: [s.n.], 1967, p. 11.*Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.16.

[29] HAESBAERT, Rogério. "Fim dos territórios ou novas territorialidades?" in: *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Luiz Paulo da Moita Lopes e Liliana Cabral Bastos (orgs). Campinas: Mercado de Letras, 2002, p.41.

[30] DARWICH, M. *Ta∞≈qu bin¡ al'ar∞* (A terra nos é estreita). Beirute: Riad el Rayyes,

SAID (2003) discorre sobre o papel do exílio na constituição do sujeito interpelado pela história e pela ideologia de reconstrução de sua identidade e nação:

> Deve-se também reconhecer que o nacionalismo defensivo dos exilados favorece amiúde a consciência de si mesmo tanto quanto as formas menos atraentes da auto-afirmação. Projetos de reconstrução, tais como montar uma nação a partir do exílio (como é o caso de judeus e palestinos no século XIX), envolvem a construção de uma história nacional, o reavivamento de uma língua antiga, a fundação de instituições nacionais como bibliotecas e universidades. E, embora tudo isso às vezes promova um etnocentrismo estridente, também dá origem a investigações que inevitavelmente vão muito mais além dos fatos simples e positivos como a "etnicidade". Há, por exemplo, a consciência de si mesmo de um indivíduo que tenta entender por que a história de palestinos e judeus apresenta certos padrões próprios; por que, apesar da opressão e da ameaça de extinção, um determinado *ethos* permanece vivo no exílio".[31]

O *ethos* que resiste no exílio é expresso de maneira notável no poema "Carteira de Identidade", texto cujo cenário enunciativo é um simulacro da reação de um palestino diante de uma barreira militar, no entanto, o Outro ao qual esse palestino se dirige não é um mero interlocutor, mas sim um Outro portador de um discurso que lhe é rejeitável, fato que legitima sua manifestação.

2000, p. 187. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.63.

[31] SAID, Edward. *Op.Cit,* p.57.

Carteira de identidade [32]

Toma nota!
Sou árabe
Número da identidade: 50 mil
Número de filhos: oito
e o nono... já chega depois do verão
E vais te irritar por isso?

Toma nota!
Sou árabe
Trabalho numa pedreira
Com meus companheiros de dor
Pra meus oito filhos
O pedaço de pão
as roupas e os livros
arranco da rocha...
Não mendigo esmolas à tua porta,
nem me rebaixo
no portão do teu palácio
E vais te irritar por isso?

Toma nota!
Sou árabe
Sou nome sem sobrenome
Paciência sem fim
Num país onde tudo o que é
Ferve na urgência da fúria
Minhas raízes...
Antecedem
o nascimento do tempo
o princípio das eras
o cipreste e a oliveira
a primeira das ervas

Meu pai...
De família na terra
Sem nobreza entre os seus
Meu avô
De presença no arado
Nem distinto nem bento
Sem nome nem renome
Sem papel nem brasão

[32] DARWICH, M. *'Awrāq azzaytūn* (Folhas de oliveira). Beirute: D¡r al'awda, 1964, p. 9-16. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit*. p.133-135.

Minha casa, só choça no campo
de troncos e tábuas
E ela te agrada?
Sou nome sem sobrenome!

Toma nota!
Sou árabe
Cabelos negros
Olhos castanhos
E o que mais?...
A cabeça coberta com *keffiyya* e cordão
Dura como pedra
Rija no toque
a palma da mão...
E o melhor pra comer?
Azeite e *zaatar*

O endereço?
Uma aldeia isolada... esquecida
De ruas sem nome
E homem...
No campo e na pedra...
E vais te irritar por isso?

Toma nota!
Sou árabe
Arrancaste as vinhas de meu avô
a terra que eu arava
Eu, os filhos, todos
Nada poupaste...
Pra nós, pros netos
Só pedras, pois não
E o governo, o teu, já fala em tomá-las
Pois então!

Toma nota!
No alto da primeira página
Não odeio ninguém
Não agrido ninguém
Ao sentir fome, porém,
Como a carne de quem me viola
Atenção... cuidado...
Com minha fome... com minha fúria!

O significado da poesia de Darwich remete ao entendimento que o

sujeito exilado tem de si e de seu mundo real ou ideal, ou seja, a relação entre a forma como os sujeitos (re)constituem o seu mundo e como esses sujeitos são (re)constituídos por ele através da linguagem, nos dizeres de Hall: "O significado encontra-se no objeto, pessoa, ideia ou evento do mundo real, e a linguagem funciona como um espelho para refletir o verdadeiro significado que os mesmos têm por já existirem no mundo". [33]

Considerando-se que o sujeito da poesia de Darwich reconstrói sua existência e afirma sua identidade através da linguagem, ou seja, no e pelo discurso, consideramos essencial submeter essa poesia a uma análise discursiva, de modo a compreender de que forma, numa conjuntura histórica tensa, o confronto entre o simbólico e o político determina e constitui sentidos.

A noção de política que empregamos no presente trabalho diz respeito à atividade humana que determina o domínio de homens sobre outros homens a fim de impor-lhes determinados valores:

> O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao poder. Este tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem" (Hobbes) ou, analogamente, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). Sendo um destes meios, além do domínio da natureza, o domínio sobre outros homens, o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina malgrado seu, o comportamento. Mas como o domínio sobre os outros homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter "qualquer vantagem" ou, mais exatamente "os efeitos desejados", como acontece com o domínio da natureza, a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição de poder como posse dos meios (entre os quais contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos

[33] HALL, Stuart. The work of representation. In: Hall, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage/The Open University. (Tradução Ricardo Uebel), 1997, p.25.

> desejados". O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como reação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc.[34]

A partir dessa noção de política, compreendemos o confronto histórico inscrito na discursividade da resistência palestina como a tentativa de suspensão da imposição de um apagamento real e simbólico, que transposto para o contexto literário, prevê determinadas maneiras de constituição dos sentidos.

Para tanto, adotamos como aporte teórico de nossa análise o trabalho de Dominique Maingueneau acerca da Gênese dos Discursos. Nosso objetivo, a partir do uso das teorias do autor em questão, será o de investigar o funcionamento discursivo da poesia palestina e sua inscrição histórica, nos dizeres de Maingueneau (2005)[35] "pensar as condições de uma 'enunciabilidade' possível de circunscrever-se historicamente".

O texto da poesia palestina que elegemos para análise é o poema "Carteira de Identidade", a partir de então esse poema será nosso *corpus* representativo para o estudo da construção da resistência palestina e seu respectivo discurso.

No entanto, antes de iniciarmos o estudo da construção do discurso da resistência palestina, apresentaremos as etapas de maturação desse movimento a fim de situarmos historicamente as implicações políticas do discurso em questão.

---

[34] BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*, vol. 2, 8 edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995, p.954-955.

[35] MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Curitiba:Criar, 2005, p.17.

CAPÍTULO II – O Processo de Maturação da Resistência Palestina

A resistência palestina enfatiza o mito anti-imperialista, ou seja, a ação mobilizadora contra a dominação, de acordo com o mito fundamental da experiência revolucionária de um povo oprimido. Essa ação mobilizadora de um grupo tem como objetivo resistir diante da condenação à morte. Aí residem as bases do movimento da resistência palestina.

A resistência palestina segue o curso dos acontecimentos; ela nasce, ascende e é relida num longo processo de maturação dentro da história do mundo árabe. Nesse processo de emergência e amadurecimento da resistência palestina torna-se relevante analisar a experiência da ascensão e da queda do nacionalismo árabe: "Essa maturação se caracteriza pela continuidade de três experiências: o nacionalismo árabe (*qawmiyya*), a decepção com os chefes do movimento patriótico (*watani*) palestino e a decepção de parte dos estados árabes".[36]

1. O nacionalismo árabe

A consolidação do movimento nacionalista árabe deu-se imediatamente após a derrota dos Estados árabes na guerra de 1948 que resultou na criação do estado israelense. Israel se despontou no Oriente Médio como uma força política e militar, apoiada pelos Estados Unidos e pela rica comunidade judaica espalhada pelo mundo.

A derrota na guerra de 1948 provocou uma onda de instabilidades políticas por todo o Oriente Médio: 1) A Síria foi assolada por diversos golpes militares; 2) A Jordânia assistiu ao assassinato do rei Abdula, cometido por um palestino em 1951; 3) No Egito, após a deposição do Rei Faruk em 1952, o novo governante Neguib foi, por sua vez, derrubado em 1954 pelo coronel Gamal Abdel Nasser; 4) O Iraque foi palco de um

[36] CARRÉ, Olivier. *L'idéologie Palestinienne de Résistance***.** Paris: Foundation Nationale dês Sciences Politiques, 1972, p. 13.

atentado sangrento que vitimou a família real e o primeiro ministro, levando ao poder o general Kassem.

Abalados pela guerra e pela instável situação política os países árabes decidirem se unir em torno de um antigo projeto de fortalecimento e soma das potencialidades comuns que os uniam. Os dirigentes aspirantes ao pan-arabismo decidiram então reunir as identidades comuns com vistas à adoção de sistemas políticos estáveis que fossem legitimados pelos cidadãos de seus países. A ideia de um governo que controlava os recursos do estado segundo o interesse da sociedade estava fundada no socialismo, que influenciou intensamente grande parte dos líderes dos estados do Oriente Médio na condução do projeto de unidade árabe. Desse modo, o auge do pan-arabismo deu-se entre as décadas de 1950 e 1960, após a independência de vários estados árabes que tiveram a partir de então autonomia para conduzir seu processo de desenvolvimento social e político.

Dois expoentes do pan-arabismo sintetizaram todos os elementos importantes do projeto de unidade árabe: o partido sírio Baas ("Ressurreição") e o movimento nasserista, encarnado na figura de Gamal Abdel Nasser.

O partido Baas teve origem nos debates entre intelectuais sírios que discorriam sobre questões voltadas à identidade nacional e as relações entre os países de língua árabe. O principal teórico do Baas, Michel 'Aflaq (1910-1989), um cristão da capital Damasco, defendia a ideia de que havia uma só nação árabe cujo direito era o de viver num Estado Árabe Unido. Tal ideia estava fundada na experiência histórica comum compartilhada pelo Islamismo, experiência essa não exclusiva dos árabes islâmicos, mas de todos aqueles árabes que tiveram a oportunidade de se apropriar dos ensinamentos muçulmanos de transformação espiritual, intelectual e política.

> Nesse sistema de ideias, o elemento de reforma social e socialismo era a princípio sem importância, mas em meados da década de 1950 o Ba'th (Baas) amalgamou-se

> como um partido mais explicitamente socialista. Nessa forma, sua influência espalhou-se na Síria e nos países vizinhos, Líbano, Jordânia e Iraque, e também nos da península Arábica. Seu apelo estendeu-se além dos estudantes e intelectuais perturbados por questões de identidade; foi particularmente grande entre a geração de oficiais do exército de origem provinciana humilde, e na classe operária urbana de migrantes do campo. Na década de 1950, houve alternâncias de domínio militar e governo parlamentar na Síria; numa situação de poder fragmentado, um partido que tinha uma política clara e apelo popular pode desempenhar um papel que excedia o seu número, e o Ba'th foi importante tanto no movimento que levou à formação da República Árabe Unida em 1958 quanto em sua divisão em 1961. Também no Iraque, após a revolução de 1958, teve uma influência crescente.[37]

O movimento nasserista, cujo líder era Gamal Abdel Nasser (1918-1970), surgiu no Egito alimentado por um forte apelo popular e nacionalista. A linguagem religiosa era utilizada pelos protagonistas do movimento com a finalidade de atingir as massas. Porém, a ideia de uma reforma do Islã não tinha como objetivo o estabelecimento de uma simples oposição à religião, mas sim a introdução de elementos seculares e modernos trazidos pelo movimento político. Durante a implantação do "socialismo árabe", a mesquita de Azhar no Cairo, importante centro de doutrina islâmica, passou para o controle do Estado.

> Em geral, porém, o apelo ao Islã era menos enfatizado que o apelo ao nacionalismo e à unidade árabe. A unidade árabe fora aceita por governos anteriores do Egito como um aspecto importante da política externa, mas o desenvolvimento histórico separado do Egito e a cultura distinta que surgira no Nilo haviam-no mantido um tanto distante dos sentimentos de seus vizinhos. Agora, porém, o regime de 'Abd al-Nasser começava a pensar no país como parte do mundo árabe, e seu líder natural. Acreditava que sua liderança devia ser usada no sentido da revolução social: a propriedade ou o controle pelo Estado dos meios de produção e a redistribuição de renda

[37] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 529.

> eram essenciais para maximizar a força nacional e gerar apoio de massa ao regime.[38]

A despeito da onda nacionalista pan-árabe, representada pelo Egito de Nasser e pela Síria do partido Baas, alguns estados do Oriente Médio ainda eram governados por tradicionais monarquias pró-ocidentais, presentes na Jordânia, na Arábia Saudita e no Irã. Essas duas tendências políticas presentes nesse período no Oriente Médio representavam, do lado nacionalista, o eminente socialismo anti-ocidental e do lado das monarquias tradicionais, o alinhamento automático ao Ocidente.

No entanto, no episódio que ficou conhecido como a Crise de Suez, os nacionalistas árabes provaram que poderiam fazer frente ao Ocidente ao decretar o fim, durante esse episódio, da influência britânica e francesa no Oriente Médio.

A decisão tomada por Nasser de nacionalizar o controle do Canal de Suez provocou uma reação da Grã-Bretanha, principal prejudicada pela medida de Nasser, e da França, que se opunha aos líderes egípcios pelo fato de terem apoiado os nacionalistas argelinos durante o processo de independência da Argélia, antiga colônia francesa. Assim, com o apoio de Israel, os franceses e os britânicos atacaram a península do Sinai em novembro de 1956.

Os beligerantes franceses e ingleses, diante da resistência egípcia e das pressões da ONU, Estados Unidos e União Soviética, abandonaram Port Said (norte da península do Sinai). Mesmo relutantes, os israelenses foram também obrigados a deixar a região do canal de Suez, que foi aberto à navegação em 1957.

> Em outros países árabes, porém, o "nasserismo" teve uma aceitação pública vasta e continuada. A personalidade de 'Abd al-Nasser, os sucessos do regime – a vitória política na crise do canal de Suez de 1956, a construção da grande barragem de Assuan, as medidas de reforma social – e a promessa de liderança forte em defesa da causa palestina:

[38] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 530.

> tudo isso pareceu oferecer a esperança de um mundo diferente, de uma nação árabe rejuvenescida por uma autêntica revolução social e tomando seu lugar de direito no mundo. Essas esperanças forma encorajadas pelo hábil uso da imprensa e do rádio, que apelavam por cima dos governos ao "povo árabe". Esses apelos aprofundaram os conflitos entre os governos árabes, mas o nasserismo continuou sendo um símbolo poderoso de unidade e revolução, e encarnou-se em movimentos políticos de largo escopo, como o Movimento de Nacionalistas Árabes, fundado em Beirute, e muito popular entre os refugiados palestinos.[39]

2. O Oriente Médio como Zona de Influência dos Estados Unidos e União Soviética

Após o episódio de Suez, que provocou a retirada do poderio britânico e francês sobre o Oriente Médio, a região passou a ser zona de influência dos protagonistas da Guerra Fria: Estados Unidos e União Soviética.

A União Soviética participou ativamente da instauração dos novos regimes políticos no Iraque e na Síria por meio da concessão de ajuda militar e financeira. O interesse soviético sobre a região era o de, aos poucos, ocupar o lugar vago deixado pela França e pela Inglaterra, terreno propício a partir de então para o estabelecimento de possíveis alianças com os governantes árabes que pendiam para o socialismo.

Os Estados Unidos, com vistas à defesa de seus interesses na atividade de exploração do petróleo, instalou bases militares na Arábia Saudita, na Turquia, no Irã e no Barein. Outra intenção dos americanos era a de tentar neutralizar a influência da União Soviética entre os países da região que se mostravam simpáticos ao comunismo. Nesse sentido, os Estados Unidos estabeleceram uma série de alianças com os Estados aliados do Ocidente: Israel, Jordânia, Arábia Saudita, Kwait e Catar.

---

[39] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 532.

> O centro de conflito e discussão política estava não no conflito árabe-israelense, mas em outros países nos quais a Grã-Bretanha ainda tinha uma posição especial: no Irã, além da fronteira oriental do mundo árabe, onde a nacionalização da empresa de petróleo de propriedade britânica causou uma crise internacional, e no Egito. Ali, a Grã-Bretanha ainda tinha muita liberdade de ação. Tendo divergido da política britânica na Palestina, os Estados Unidos não estavam dispostos a enfraquecer a posição da Grã-Bretanha como guardiã dos interesses ocidentais em outras partes do mundo árabe, embora o grande investimento de capital americano nos campos de petróleo da Arábia Saudita levasse à substituição da influência britânica pela americana. A União Soviética, do seu lado, estava demasiado ocupada com outras regiões para seguir uma política ativa nos países árabes. Os estados árabes, embora comprometidos em princípio com a defesa dos interesses dos palestinos, preocupavam-se, sobretudo com seus próprios problemas. [40]

3. A desunião árabe

Com a finalidade de estabelecer uma oposição consistente a Israel e ao Ocidente o nasserismo emergiu na década de 1950 como iniciativa viável ao antigo projeto de unidade árabe. Como forma de dar corpo a esse projeto, Nasser torna-se, em fevereiro de 1958, presidente da República Árabe Unida (RAU) composta por Egito, Síria e mais tarde pelo Iêmem. Manobra concomitante foi empreendida pelas monarquias do Iraque e da Jordânia, que se uniram para formar a União Árabe. No entanto, por conta do golpe de Estado ocorrido no Iraque em julho 1958, a União Árabe veio a sucumbir num curto espaço de tempo.

> Uma luta pelo poder entre grupos políticos na Síria levou um deles a tomar a iniciativa de união com o Egito; a união se fez, e em fevereiro os dois países fundiram-se na República Árabe Unida. Os dois reinos hachemitas, Iraque e Jordânia, estabeleceram uma união rival, mas no mesmo ano, em julho, a mesma combinação de descontentes internos com as esperanças suscitadas pela liderança egípcia de um novo mundo árabe levou à tomada do poder no Iraque por oficiais do exército.[41]

[40] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 473.
[41] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 482.

Semelhante destino teve a RAU, em setembro de 1961 a Síria, em oposição à liderança egípcia, decide abandonar o grupo. A saída da Síria teve como consequência a instauração da rivalidade entre Nasser e o Baas, que chegou à presidência da RAU em março de 1963; em abril do mesmo ano o braço iraquiano do Baas, atuou na derrubada do governo de Kassem, executado no Iraque.

Apesar dos percalços, Nasser ainda despontava como líder no mundo árabe, atuando ativamente no apoio à instauração da República no Iêmem em 1962. Porém tal campanha militar foi altamente extenuante para as forças egípcias, que deixaram o país apenas no ano de 1967, sem ganho nenhum ganho efetivo para a causa árabe.

> Apesar desses reveses, 'Abd al-Nasser ainda aparecia, aos olhos da maioria dos árabes e de grande parte do mundo externo, como um símbolo do movimento dos povos árabes para uma maior unidade e genuína independência.[42]

O principal fator que acentuava ainda mais a instabilidade no Oriente Médio era o drama dos refugiados palestinos. Dentre os países árabes, apenas a Jordânia se dispôs a acolher e integrar os expatriados, porém tal gesto se deu de forma humilhante e desumana, uma vez que os palestinos no território jordaniano ficaram sob permanente vigilância e sujeitos à repressão por parte do Estado que os acolheu. Os demais estados árabes simplesmente ofereceram abrigo aos refugiados em precários acampamentos.

Tal situação provocou o surgimento de um sentimento nacional exclusivamente palestino, traduzido na criação da *Fatah* (“conquista”) ou Movimento para a Libertação da Palestina (MPLP), uma forma de guerrilha composta por combatentes que se denominavam *feddayin* (“os que se sacrificam”). As diversas frentes do Movimento para a Libertação da

[42] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 482-483.

Palestina se uniram em maio de 1964 à Organização para a Libertação da Palestina, no intuito de executar a missão de libertar a Palestina do poder de Israel.

Simultâneo ao fortalecimento do movimento palestino, a ascensão do extremismo religioso foi uma importante questão a ser enfrentada pelos governos árabes. O movimento religioso tinha como intenção resgatar o controle do Islã sobre o Estado e seu principal representante, a Irmandade Muçulmana, criada em 1928, chegou a realizar atentados contra algumas autoridades egípcias, inclusive contra Nasser, que após ser vítima de um ato violento da militância político-religiosa, em 1954, colocou-a na ilegalidade.

O petróleo, foi também um importante fator responsável pela desunião no Oriente Médio, de um lado estavam os ricos produtores: Irã, Iraque, Arábia Saudita, Emirados Árabes e o Kwait e de outro os estados que pouco ou nada possuíam: Síria, Jordânia, Líbano e Palestina. A distribuição não equitativa da riqueza oriunda da atividade petrolífera criou um fosso econômico que se refletiu nas grandes disparidades de desenvolvimento entre os países árabes.

Os interesses dos países produtores de petróleo estavam voltados ao protecionismo contra as empresas exploradoras do Ocidente, ação consolidada pela criação da OPEP (Organização dos Países Exploradores de Petróleo), em 1960. Nesse sentido, tornava-se inviável uma ação conjunta entre os países árabes de combate ao Imperialismo, uma vez que era nítida a relação de dependência entre o Oriente Médio e o Ocidente.

4. A Guerra dos Seis Dias

O ataque de Israel, em 5 de junho de 1967, contra o Egito, Síria e Jordânia – como resposta as manobras bélicas no Sinai e no golfo de Ácaba empreendidas por Nasser no mês anterior – teve como resultado a ocupação da Faixa de Gaza, do Sinai, da Cisjordânia e das Colinas de Golan, na Síria, pelos israelenses. A reação dos países árabes diante da súbita derrota para

um pequeno país foi desastrosa. Nasser anunciou a renúncia, mas atendendo ao clamor popular permaneceu no governo.

> Para os estados árabes, e, sobretudo o Egito, o que acontecera fora em todos os sentidos uma derrota que mostrava os limites de sua capacidade militar e política; para a URSS, foi também uma espécie de derrota que deixou os russos mais decididos a impedir que seus clientes incorressem em outra da mesma magnitude. Num nível muito profundo, a guerra deixou sua marca em todos no mundo que se identificavam como judeus ou como árabes, e o que fora um conflito local tornou-se mundial.[43]

O Conselho de Segurança da ONU, através da resolução 242[44], exigiu que Israel se retirasse dos territórios ocupados. No entanto, Israel, além de não fazer concessões a ONU, ainda ocupou Jerusalém Oriental e somou-a aos demais territórios ocupados, como massa de manobra política, com a finalidade de estabelecer para si um instrumento de proteção.

A Guerra dos Seis Dias acentuou a decadência de Nasser, que foi substituído, enquanto porta-voz do mundo pan-arabista, pela Arábia Saudita, que se tornara a partir de então a mediadora das questões que envolviam os Estados árabes, atuação esta celebrada na Conferência dos governantes árabes em Cartum em agosto de 1967. O rei Faiçal, representante da monarquia saudita, juntamente com o xá do Irã eram partidários do Ocidente e oponentes da União Soviética, tais posições políticas favoreceram o aumento da influência americana no Oriente Médio, que a partir desse períodos passou a ter esses dirigentes como aliados.

---

[43] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 540.

[44] A resolução 242 (fragmento): O Conselho de Segurança (…) afirma que o cumprimento dos princípios da Carta [das Nações Unidas] exige a instauração de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, a qual deverá compreender a aplicação dos princípios seguintes:

- a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito;
- a cessação de todas as asserções de beligerância ou estados de beligerância e o respeito e reconhecimento da soberania, da integridade territorial e da independência política de todos os Estados da região e de seu direito a viver em paz no interior de fronteiras seguras e reconhecidas, ao abrigo de ameaças ou atos de força. In: TRIEIGNIER, Michel. *Guerra e Paz no Oriente Médio*. São Paulo: Ática, 1994, p.37.

> 'Abd al-Nasser viveu mais três anos após a derrota. A posição dele no mundo árabe fora seriamente abalada por ela; suas relações com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha azedaram com a cusação, na qual ele acreditava, de que eles haviam ajudado militarmente Israel durante a guerra, e pela insistência americana em que Israel só se retiraria dos territórios ocupados em troca da paz. A posição de Nasser em relação a outros governantes árabes foi enfraquecida quando as limitações de seu poder se tornaram claras. Um dos resultados imediatos da guerra de 1967 foi que ele reduziu suas perdas no Iêmem e fez um acordo com a Arábia Saudita pelo qual retiraria suas forças.[45]

A Arábia Saudita, em função da riqueza do petróleo, passou a ser a principal patrocinadora dos países árabes. Ela empreendeu, em 1973, a fundação do Banco de Desenvolvimento do Islã, cuja sede era na própria Arábia Saudita. Além do patrocínio econômico, a monarquia saudita também financiava os movimentos religiosos que tinham como propósito a aplicação da lei islâmica.

As perdas da guerra não foram apenas humanas, no plano político, "o socialismo árabe" foi enterrado pelo afastamento das ideias socialistas do Egito empreendidas pelo sucessor de Nasser, Anuar Sadat, e pelo recrudescimento do autoritarismo do Baas na Síria e no Iraque. A Guerra dos Seis Dias deslocou, portanto, a influência soviética no Oriente Médio e fez emergir a presença americana na região, aliada, sobretudo, ao estado vencedor, Israel.

5. O Setembro Negro

A guerra dos Seis Dias agravou ainda mais o problema dos palestinos, que diante da ocupação de uma parte maior de seus territórios por Israel, se vê novamente obrigada a sair de suas terras, buscando refúgio, principalmente na Jordânia. O resultado foi a radicalização do movimento

[45] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 542.

palestino, do qual surgiu uma nova frente mais ativa, a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), em dezembro de 1967. Yasser Arafat passa a ser o dirigente da Organização para a Libertação da Palestina em 1967, inaugurando um novo período de atuação da OLP.

A atuação autônoma dos guerrilheiros na Jordânia fez com que entrassem constantemente em choque com as tropas do rei Hussein, que temia a criação de um estado paralelo dentro do estado dirigido por ele. Em setembro de 1970, com o intuito de acabar com a guerrilha armada, as tropas jordanianas entraram em confronto com os guerrilheiros palestinos deixando um salto de mais de 5 mil mortos. O confronto teve como resultado a transferência da guerrilha palestina e da OLP para o sul do Líbano.

> Depois que o poder da Fath e outras organizações guerrilheiras na Jordânia foi quebrado em 1970, os principais esforços deles concentravam-se no sul do Líbano, cuja fronteira com Israel era a única através da qual podiam esperar operar com alguma liberdade, e com o apoio da grande população de refugiados palestinos.[46]

6. A Guerra do Yom Kippur

O impasse decorrente da recusa israelense em desocupar os territórios árabes e do não reconhecimento pelos árabes da existência do Estado de Israel, gerou um cenário propício a novos confrontos armados.

Anuar Sadat juntamente com o general sírio Hafez Assad lançaram uma ofensiva surpresa contra Israel no dia do feriado Judaico do Yom Kippur (Dia do Perdão), em 6 de outubro de 1973. A ofensiva árabe contra Israel foi inicialmente bem-sucedida, no entanto, os israelenses contra-atacaram a partir do dia 12 de outubro e impuseram novamente uma derrota às forças árabes. Apenas no final do mês de outubro que os envolvidos no conflito passaram a negociar um acordo de cessar-fogo. A situação

[46] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 559.

vantajosa de Israel nesse conflito tornou-se aparente no momento em que os negociantes árabes utilizaram o petróleo como arma de manobra política.

A OPEP resolveu quadruplicar o preço do barril de petróleo no intuito de forçar os consumidores do Ocidente a pressionarem Israel a fazer concessões aos árabes. A manobra foi bem sucedida por um certo período, Israel recuou suas forças presentes no Egito, que por sua vez também reduziu sua presença na região leste do canal de Suez.

> Parte do motivo da intervenção das potências foi o uso pelos países árabes do que parecia ser sua arma mais forte – o poder de impor um embargo à exportação do petróleo. Pela primeira e talvez última vez, essa arma foi usada com sucesso. Os países árabes produtores de petróleo decidiram reduzir sua produção enquanto Israel permanecesse ocupando terras árabes, e a Arábia Saudita impôs um embargo total às exportações para os Estados Unidos e a Holanda, vista como o mais favorável a Israel entre os países da Europa Ocidental, e também o centro do mercado livre de petróleo.[47]

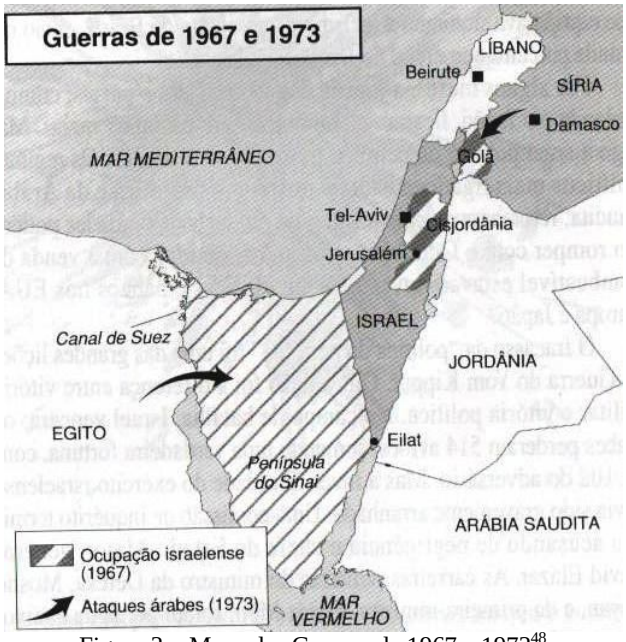

Figura 3 – Mapa das Guerras de 1967 e 1973[48]

[47] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 545.
[48] BRENER, JAIME. *As guerras entre Israel e os árabes*. São Paulo: Scipione, 1997,

7. Os acordos de Camp David

O envolvimento dos Estados Unidos nas questões do Oriente Médio estimulou o presidente egípcio Anuar Sadat a uma aproximação com os americanos com vistas à construção de uma negociação de paz com Israel. Primeiramente, Sadat reuniu-se com o primeiro-ministro israelense Menahem Begin a fim de apresentar-lhe os termos do acordo, gesto que foi apoiado pelo presidente americano Jimmy Carter, que rapidamente se dispôs a ser o mediador do acordo de paz. Desse modo, Anuar Sadat, Menachen Begin e Jimmy Carter assinaram em setembro de 1978 os acordos de Camp David, ratificados no ano seguinte na capital americana.

> Era visível que Sadat tinha em mente tentar por um fim à sequência de guerras que, acreditava, os árabes não poderiam vencer, mas também havia perspectivas mais amplas: as negociações diretas, patrocinadas pelos EUA, eliminaram a União Soviética como um fator no Oriente Médio; uma vez em paz com Israel, o Egito poderia tornar-se um aliado mais importante para os americanos, com todas as consequências que disso poderiam resultar, tanto em apoio econômico quanto numa atitude americana mais favorável para as reivindicações dos árabes palestinos. Na mente do governo israelense da época, o objetivo era outro: fazer a paz com o Egito, seu mais formidável inimigo, mesmo ao preço da retirada do Sinai, e por conseguinte libertar as mãos para o objetivo essencial de sua política – instalar colonos judeus nos territórios conquistados da Margem Ocidental, e aos poucos anexá-los, e poder lidar efetivamente com qualquer oposição da Síria ou da OLP.[49]

Os acordos estipularam que Israel e Egito reatassem suas relações diplomáticas, determinando a retirada dos israelenses do Sinai e a construção de uma solução para o estabelecimento de uma autonomia política palestina em Gaza e na Cisjordânia. O acordo foi histórico no

---

p.59.

[49] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 547.

sentido em que marcou um ato primordial de celebração de paz entre árabes e israelenses. No entanto, em novembro de 1978, líderes árabes reunidos no Iraque tomaram a decisão de não reconhecer os acordos de Camp David, formando uma coligação política contra o Egito que acabou sendo expulso da Liga Árabe. Desse cenário de exclusão do Egito, emergiu o líder iraquiano Sadam Hussein, que vislumbrou a possibilidade de se tornar o articulador da causa árabe.

> O presidente Sadat foi assassinado em 1981 por membros de um grupo que se opunha à sua política e desejava restaurar as bases islâmicas da sociedade egípcia, mas as linhas principais de sua política foram mantidas pelo sucessor, Hosni Mubarak. Nos anos seguintes, as relações do Egito com os Estados Unidos se estreitaram, e ele recebeu muita ajuda econômica e militar. O acordo com Israel, porém, foi repudiado não só pelos palestinos, mas pela maioria dos outros estados árabes, com maior ou menor grau de convicção, e o Egito foi formalmente expulso da Liga Árabe, que mudou seu quartel-general do Cairo para Túnis.[50]

Porém, Camp David não se traduziu numa solução para a questão palestina, os territórios ocupados não foram devolvidos por Israel, que aumentou substancialmente a presença de colônias judaicas na região de Golan e na Cisjordânia. Os acordos de paz foram em vão, as tensões se intensificaram e tiveram desta vez como palco o Líbano.

8. Os conflitos no Líbano

A localização estratégica do sul do Líbano propiciou a instalação da resistência palestina organizada, além disso, neste local estava concentrada grande parte dos campos de refugiados palestinos. Os guerrilheiros, presentes no Líbano desde a crise de 1969 na Jordânia – que na ocasião massacrou e expulsou milhares de palestinos – encontraram na região sul

[50] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 547-548.

libanesa condições de empreender manobras militares contra o norte do Estado de Israel. Em represália a essas manobras, Israel, entre 1972 e 1973, atacou constantemente as bases militares palestinas no Líbano, nesses ataques grande parcela da população civil palestina e libanesa era vitimada.

> Depois que o poder da Fatah e outras organizações guerrilheiras na Jordânia foi quebrado em 1970, os principais esforços deles concentraram-se no sul do Líbano, cuja fronteira com Israel era a única através da qual podiam operar com alguma liberdade, e com o apoio da grande parte da população de refugiados palestinos. Isso causou alarmes em importantes elementos entre os cristãos, e em particular no seu mais bem organizado partido político, o Kata'ib (Partido Falangista): tanto porque as atividades palestinas do sul estavam levando a uma forte reação israelense, que podia ameaçar a independência do país, quanto porque a presença de palestinos dava apoio aos grupos, sobretudo muçulmanos e drusos, que queriam mudar os sistema político no qual o poder ficava sobretudo em mãos cristãs.[51]

Tal situação também fez com que se confrontassem palestinos e libaneses, desestabilizando a situação política do Líbano, cujo poder até então estava dividido entre cristãos e muçulmanos. A atuação do grupo conservador maronita, conhecido como Falange Libanesa, contra os palestinos tornou a tragédia do Líbano ainda mais intensa e praticamente incontrolável. Nesse momento, Beirute foi transformada num centro de concentração das forças políticas de libaneses e palestinos, que passaram também a receber o apoio de opositores do regime conservador libanês. Assim, a resistência palestina passou a contar com o apoio de muçulmanos libaneses e demais quadros da esquerda do país, formando uma frente de luta organizada contra Israel e contra o poder estabelecido no Líbano.

O conflito, a partir de 1975, teve a interferência da Síria, que sob o comando dos governantes conservadores Pierre Gemayel e Camille Chamoun, teve como objetivo suspender a ação da resistência palestina no Líbano. O resultado dessa interferência foi a devastação quase total do país,

[51] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 559-560.

sobretudo de Beirute, que de importante centro de referência econômica, turística e comercial se tornou uma capital completamente destruída pela guerra.

> Em 1975 houve um perigoso confronto de forças e cada protagonista encontrou armas e encorajamento no exterior: o Kata'ib e seus aliados em Israel, os palestinos e seus aliados na Síria. A luta séria irrompeu na primavera daquele ano, e continuou, com altos e baixos, até fins de 1976, quando se chegou a uma trégua mais ou menos estável. A principal instigadora disso foi a Síria, que mudara durante o período da luta. Tinha apoiado os palestinos e seus aliados no início, mas depois aproximara-se do Kata'ib e seus aliados quando eles pareciam em perigo de derrota: seu interesse estava basicamente em manter um equilíbrio de forças que contivesse os palestinos e lhes dificultasse seguir uma política no sul do Líbano que arrastasse a Síria a uma guerra com Israel. Para preservar seus interesses enviou forças armadas ao Líbano, com uma certa aprovação dos outros estados árabes e dos EUA, e elas permaneceram lá após o fim da luta.[52]

A Síria chegou ao ponto de apoiar grupos de dissidentes palestinos que lutavam contra a resistência, além de atuar ao lado da Falange Libanesa em episódios de cerco a diversos campos de refugiados. Apesar da sistemática decomposição das bases da resistência no Líbano a partir da interferência síria, Yasser Arafat manteve-se no comando da OLP. A ofensiva síria na guerra civil no Líbano também provocou o desmantelamento do exército libanês, que se dividiu entre as forças palestinas e o governo conservador.

Outros países árabes intervieram no conflito em 1976 após a reunião de cúpula no Cairo, que denominou as forças sírias como Forças Árabes de Dissuasão, que passaram a receber o apoio da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e do então Iêmem do Norte. No ano seguinte, a capital do Egito também sediou o encontro do Conselho Nacional Palestino, que reuniu considerável parcela da resistência no intuito de estabelecer as bases

[52] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 560.

para a criação de um estado palestino em Gaza e na Cisjordânia. Tal ação consistiria numa possível aceitação do Estado de Israel, uma vez que modificava o documento primordial da OLP que previa a instauração de um estado palestino no território original pré-ocupação.

> Seguiram-se uns cinco anos de incômoda trégua. Grupos maronitas dominavam o norte, o exército sírio estava no leste, e a OLP dominava no sul. Beirute dividiu-se entre uma parte oriental, controlada pelo Kata'ib, e uma parte ocidental, controlada pela OLP e seus aliados. A autoridade do governo quase deixara de existir. O poder incontido da OLP no sul levava-a a um intermitente conflito com Israel, que em 1978 desencadeou uma invasão; foi detido por pressão internacional, mas deixou atrás um governo sob o controle israelense numa faixa ao longo da fronteira. A invasão e a situação perturbada no sul levaram os habitantes xiitas da área a criar sua própria força política e militar, o Amal.[53]

A assinatura dos acordos de Camp David agravou ainda mais a situação da questão palestina, o mundo árabe considerou Sadat um traidor por ter agido independentemente da Liga Árabe; os palestinos, por sua vez, em nada foram beneficiados já que nem sequer participaram das decisões de Camp David. A OLP ignorou os termos do acordo, ao mesmo tempo em que tal manobra política entre Israel, Estados Unidos e Egito serviu para a reconciliação da resistência. Uma nova reunião do Conselho Nacional Palestino, realizada em Bagdá em 1980, acatou o apoio da União Soviética que instalou no Líbano sua estrutura bélica de apoio à resistência provocando nova ofensiva israelense contra bases e campos de refugiados no sul do país.

No entanto, após constantes ataques, a efetiva invasão do Líbano por Israel deu-se no dia 06 de junho de 1982, numa operação que ficou conhecida como Paz na Galileia. As Forças Árabes de Dissuasão evitaram confrontar-se diretamente com os israelenses, que aos poucos minaram

[53] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 560.

todas as bases da resistência palestina no Líbano. Um cerco imposto aos palestinos em Beirute resultou na suspensão da guerrilha na capital mediante acordo assinado com a supervisão de Estados Unidos, Arábia Saudita e alguns países europeus.

A ocupação israelense no Líbano teve como consequência a escolha do líder da Falange Libanesa como presidente do estado sitiado; Bechir Gemayel, declarado inimigo dos palestinos, foi assassinado um mês depois de chegar ao poder, em setembro de 1982. Como represália ao crime político, os falangistas, contando com o apoio dos israelenses, sob o comando de Ariel Sharon, massacraram a população dos campos de refugiados de Sabra e Chatila, deixando um saldo de mais de três mil mortos.

> Com um certo grau de aquiescência dos EUA, Israel invadiu o Líbano em junho de 1982. A invasão culminou num longo sítio à parte ocidental de Beirute, habitada sobretudo por muçulmanos e dominada pela OLP. O sítio acabou com um acordo, negociado através do governo americano pelo qual a OLP evacuaria Beirute Ocidental, com garantias de segurança para os civis palestinos dadas pelo governo libanês e americano. Ao mesmo tempo, uma eleição presidencial resultou em o chefe militar do Kata'ib, Bechir Gemayel, tornar-se presidente; ele foi assassinado logo depois, e seu irmão, Amim, foi eleito então. O assassinato foi tomado por Israel como uma oportunidade para ocupar Beirute Ocidental, e isso permitiu que o Kata'ib efetuasse um massacre de palestinos em larga escala nos acampamentos de refugiados de Sabra e Chatila.[54]

A repercussão internacional do massacre de Sabra e Chatila chocou a opinião pública mundial, que cobrou a responsabilidade de Israel no episódio. Mesmo entre os israelenses, movimentos de reivindicação de paz foram surgindo como forma de oposição à política de estado relativa aos palestinos.

No mesmo ano de 1982, tomou posse como presidente do Líbano

[54] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 561.

Amin Gemayel, irmão de Bechir, que assumiu o governo apoiado pela Falange Libanesa e pelos Estados Unidos. Em 1983, um ataque suicida matou mais de 200 fuzileiros navais americanos e destruiu uma base da marinha dos Estados Unidos em Beirute. Meses depois, dada a insegurança, os americanos saíram do Líbano.

> Como uma das condições sob as quais a OLP deixou Beirute, uma tropa militar com forte elemento americano fora enviada ao Líbano. Fora rapidamente retirada, mas retornou após o massacre de Sabra e Chatila. A partir desse momento, o componente americano na formação multinacional foi aos poucos aumentando suas funções, de defesa da população civil para apoio ativo ao novo governo libanês e a um acordo líbano-israelense que ajudou a negociar em 1983. Nos últimos meses daquele ano, a força estava empenhada em operações militares de apoio ao governo libanês, mas, após ataques aos *marines*, e sob pressão da opinião pública americana, retirou suas forças.[55]

A tragédia do Líbano, como um todo, inaugurou uma nova fase da resistência palestina. A mudança da sede da OLP para Túnis, na Tunísia, marcou definitivamente a retirada palestina do Líbano e impôs a via diplomática como solução para a resolução dos conflitos entre árabes e israelenses. Yasser Arafat, enquanto líder, frustrou as expectativas de milhares de palestinos, que depositaram nele a esperança de reaver a pátria perdida.

> A OLP estava em posição de entrar no vácuo, mas sua própria natureza mudara. Tinha de levar em conta a opinião dos que se achavam nos territórios ocupados, e o desejo deles de encerrar a ocupação. O Conselho Nacional Palestino, órgão representativo dos palestinos, reuniu-se em Argel e apresentou uma carta proclamando a disposição de aceitar a existência de Israel e negociar um acordo final com ele. Esses fatos de davam num novo contexto: uma certa reasserção de unidade árabe em relação ao problema, a volta do Egito como participante ativo nos assuntos árabes, e uma mudança nas relações

[55] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 562.

entre os Estados Unidos e URSS. Os primeiros declararam sua disposição de conversar com a OLP pela primeira vez, e a última começou a intervir mais ativamente nos assuntos do Oriente Médio.[56]

[56] HOURANI, A. *Op. Cit.* p. 564.

CAPÍTULO III – A Construção do Discurso da Resistência Palestina: Do Discurso ao Interdiscurso

Antes de procedermos ao estudo da construção do discurso da resistência palestina, faz-se necessário indicar qual noção de *discurso* adotamos no presente trabalho, uma vez que o uso de determinada noção implica a justificativa do referencial teórico eleito para a análise de um texto representativo da literatura palestina: o poema "Carteira de Identidade" de Mahmud Darwich. Adotamos a seguinte formulação de Foucault[57] acerca da noção de *discurso*:

> Chamaremos discurso um conjunto de enunciados na medida em que se apóiem na mesma *formação discursiva* (...) ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

A limitação dos enunciados deve-se à *formação discursiva*, conceito segundo Foucault[58]:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (...).

Ao conjunto de enunciados produzidos de acordo com a formação discursiva, chamaremos de *superfície discursiva*. Assim, da relação entre formação discursiva e superfície discursiva tem-se o *discurso*, que é para Foucault[59]:

---

57 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 135.
58 FOUCAULT, M. *Op.Cit*, p.43.
59 FOUCAULT, M. *Op.Cit*, p.136.

> Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

A função enunciativa à qual se refere Foucault possui uma base linguística e uma base histórica, ou seja, à maneira como determinados discursos são constituídos corresponde uma cadeia de significantes e uma cadeia histórica, aspectos intrínsecos ao funcionamento discursivo e sua inscrição histórica.

Consideraremos, portanto, esses aspectos na análise discursiva do poema "Carteira de Identidade", ao qual aplicaremos as sete hipóteses formuladas por Dominique Maingueneau acerca da Gênese dos Discursos. As quatro primeiras hipóteses relacionam o discurso ao interdiscurso e as três últimas abordam as instâncias "exteriores ao discurso: a institucional, a intersemiótica e a histórica".

Primeira Hipótese – **Primado do Interdiscurso**

Essa primeira hipótese diz respeito à heterogeneidade enunciativa, em que o analista do discurso é levado a apreender as formas como o "Outro" aparece no discurso. Dentre essas formas há a heterogeneidade mostrada – explícita no texto através de citações, palavras entre aspas etc... – e a heterogeneidade constitutiva, que dilui o "Outro" no enunciado apagando as marcas visíveis de sua presença. É nessa perspectiva que se inscreve a hipótese do primado do interdiscurso, a heterogeneidade constitutiva *"amarra, em uma relação inextrincável, o Mesmo do discurso e seu Outro"* [60].

Antes de prosseguirmos, é preciso apresentar a definição da noção de interdiscurso empregada por Maingueneau, segundo o autor "será preciso

[60] MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2005, p.33.

tornar menos grosseiro este termo muito vago e substituí-lo por uma tríade: *universo discursivo*, *campo discursivo*, *espaço discursivo*".[61]

De acordo com Maingueneau, "universo discursivo" é o conjunto de formações discursivas difusas do qual pode ser apreendido os "campos discursivos", conjunto de formações discursivas que delimitam um ponto determinado do universo discursivo, daí podendo se tratar do campo literário, político, gramatical etc... Para o autor, o discurso se constitui no interior dos campos discursivos e essa constituição pode ser descrita sob a forma de regularidades observadas em formações discursivas anteriores.

Por fim, espaço discursivo, segundo Maingueneau, é o conjunto de formações discursivas relevantes para o propósito do analista de discurso, que faz seu recorte baseado no seu conhecimento de textos e no seu saber histórico, a fim de que a hipótese formulada na pesquisa seja confirmada ou não.

No espaço discursivo, o reconhecimento do primado do interdiscurso implica o reconhecimento de um discurso na sua relação com seu Outro, segundo Maingueneau:

> No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para construir sua identidade.[62]

Dado que a interação entre os discursos está necessariamente associada ao funcionamento intradiscursivo daí advém o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso, em que a relação com o Outro existe independentemente de haver ou não marcas de

---

61 MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit*. p.35.
62 MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit*. p.39.

alteridade.

No caso do poema "Carteira de Identidade" o *tu* ao qual o enunciador se reporta é o Outro que se encontra na zona do interdito, isto é, do dizível errado. Isso significa que, o interdito constitui o discurso do enunciador do poema de acordo com as regularidades das formações discursivas que estão em concorrência, desse modo o discurso se constitui a partir da exclusão do Outro pelo dizer do Mesmo, segundo Maingueneau[63]:

> O espaço discursivo tem então um duplo estatuto: pode-se apreendê-lo como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte o seu Outro.

A interação conflituosa presente em "Carteira de identidade" é expressão das formações discursivas que se opõem no espaço discursivo em questão: de um lado a resistência palestina e de outro a tentativa de apagamento desse povo:

> "Arrancaste as vinhas de meu avô
> a terra que eu arava
> Eu, os filhos, todos
> Nada poupaste...
> Pra nós, pros netos
> Só pedras, pois não
> E o governo, o teu, já fala em tomá-las
> Pois então!
>
> Toma nota!
> No alto da primeira página
> Não odeio ninguém
> Não agrido ninguém
> Ao sentir fome, porém,
> Como a carne de quem me viola
> Atenção... cuidado...
> Com minha fome... com minha fúria!"

[63] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit*. p.45.

Segunda Hipótese – **Uma Competência Discursiva**

Em geral a noção de *competência* remete à linguística chomskyana que concebe esse conceito como a capacidade que todo falante ou ouvinte nativo tem de produzir e compreender um número infinito de sentenças gramaticais de sua língua.

Segundo essa formulação, proposta por Noam Chomsky, o número infinito de sentenças que os falantes podem criar é governado por um sistema de regras gramaticais finitas que são inatas, ou seja, inerentes à espécie humana.

Em oposição a essa noção de competência Foucault insiste que não é possível dissociar discurso e história e afirma que o caráter dos enunciados de uma formação discursiva são "finitos", portanto limitados:

> Mesmo que tenha desaparecido há muito tempo, mesmo que ninguém a mais fale mais e que tenha sido restaurada a partir de raros fragmentos, uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos. O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é um conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas... Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato do discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, consequentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição dos acontecimentos do discurso coloca uma questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?[64]

A competência é um fato discursivo, ela indica o lugar possível dos enunciadores na relação intradiscursiva, sendo assim ela supõe que os sujeitos ocupem uma posição enunciativa, ou seja, se assujeitem a um processo de inserção numa atividade discursiva de acordo com as regras de

[64] FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p.30-31.

sua formação discursiva.

Aqui a questão do assujeitamento não se refere de maneira alguma à dimensão psicanalítica do problema, segundo Maingueneau[65]:

> Falar de "assujeitamento", de "dominação" é apenas uma forma de dizer o resultado de um processo de inscrição numa atividade discursiva que permanece, aliás, muito misteriosa; pelo menos em seu aspecto formal, na medida em que não invocamos aqui a dimensão psicanalítica do problema. Para sair desta dificuldade, a tentação é então formular uma espécie de tautologia: se tais enunciadores puderam interiorizar o funcionamento de um discurso em toda sua complexidade, é simplesmente porque esse último lhes era imposto por sua posição social, porque existia um laço, obscuro, mas necessário, entre a natureza desse discurso e o fato de pertencer a tal grupo ou classe.

Portanto, o sujeito "fechado" em uma formação discursiva reconhece enunciados que pertencem a sua própria formação discursiva, produz novos enunciados passíveis de pertencer a essa formação discursiva, além de reconhecer determinados enunciados que correspondem a formações discursivas concorrentes a sua, assim competência interdiscursiva supõe:

> ● a aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro;
> ● a aptidão para interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições.[66]

No poema "Carteira de Identidade" o dizer enfático do enunciador marca seu pertencimento ao grupo dos partidários e agentes da resistência, que no espaço discursivo em questão constrói seu discurso baseado num simulacro que o Outro tem de si. A fala incisiva do Mesmo e a mensagem da resistência dirigida ao Outro remetem a um conflito inscrito na própria interdiscursividade.

Além do poema "Carteira de Identidade", Mahmud Darwich num

[65] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p.53.
[66] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p.57.

ensaio publicado no exílio expressa a oposição entre duas memórias, a palestina e a judaica, na concepção que cada uma delas possui a respeito do significado das pedras:

> A verdadeira pátria não é aquela que é conhecida ou provada. A terra que surge como que de uma equação química ou de um instituto teórico não é uma pátria. Sua necessidade insistente de demonstrar a história das pedras e sua habilidade de inventar provas não lhe dão uma relação prévia com aquele que sabe quando vai chover a partir do cheiro das pedras. Essa pedra, para você, é um esforço intelectual. Para seu dono, ela é o telhado e as paredes.[67]

Essas diferenças de concepções a respeito do que significam as pedras para cada uma das memórias em questão correspondem ao antagonismo semântico das formações discursivas concorrentes no espaço discursivo da afirmação da identidade. Nesse espaço, os enunciados proferidos são traduzidos segundo o sistema semântico previsto pelas formações discursivas; no caso do excerto analisado, a formação discursiva da resistência palestina concebe as pedras como elemento estruturador e substancial do povo palestino, ao mesmo tempo em que aponta a incompatibilidade dessa concepção na memória discursiva judaica para a qual, segundo os palestinos, as pedras (pátria, terra) são provas artificiais.

Terceira Hipótese – **Uma Semântica Global**

A análise de discurso que leva em conta uma "semântica global" integra todos os planos do discurso na sua totalidade, seja na ordem do enunciado quanto na da enunciação. Desse modo a perspectiva da semântica global permite a apreensão das diversas dimensões textuais do discurso no

[67] DARWICH, M. *Yawmiyy¡t al®uzn al'¡diy* (Crônicas da tristeza ordinária). Damasco: D¡r Filas≤≈n, 1969, p. 64. *Apud* FARAH, Paulo Daniel. *Geografia da Ausência: O espaço na Literatura Palestina (da Terra Natal ao Brasil)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, p.56.

que diz respeito ao vocabulário, temas tratados, intertextualidade ou instâncias de enunciação.

Com relação ao vocabulário, não é possível tratar um discurso como possuidor de um léxico próprio. O léxico é mobilizado de acordo com sistema de restrições do discurso. Assim a relação entre o significado de um termo e os sistema de restrições do discurso justifica a escolha dos enunciadores entre um termo ou outro.

No poema "Carteira de identidade" os verbetes pedreira, dor, terra, filhos, fúria, tempo, família, nome e aldeia são palavras-chave do discurso da resistência, pois consistem em signos de pertencimento do enunciador a esse tipo de formação discursiva, que a partir de seu léxico define os temas do discurso.

Semelhante vocabulário do discurso da resistência podem ser observados nos versos de outros poetas palestinos:

> Na esquina da rua
> Nos arredores da cidade
> As crianças de longas histórias
> Reúnem livros
> Molduras de quadros e estacas
> Para construir uma barricada
> E bloquear o caminho da escuridão.[68]
>
> Porque não teço a lã
> E todo dia estou prestes a ser preso
> E minha casa se abre para visitas da polícia
> Para revistar e "limpar"
> Porque não sou capaz de comprar papel
> Vou gravar tudo o que se passa
> Todos os meus segredos
> Numa oliveira
> No quintal de casa
> Vou gravar minha história e todas as estações desta tragédia
> Meus suspiros
> Minha mata, os túmulos de meus mortos.
> Vou gravar o número de cada lote usurpado
> Desta nossa terra

[68] ALQASIM, S. *ºa¶Æ ∂ayr mar∂…b f≈hi* (*Persona non grata*). Beirute: D¡r alkalima, 1986, p. 119. *Apud* FARAH, P. H. *Op. Cit*. p.89.

A localização de nossa aldeia, suas fronteiras
As casas de seu povo demolidas
Minhas árvores arrancadas
E cada flor silvestre esmagada.
Vou gravar "Kafr Qasim, eu não me esquecerei"[69]
Vou gravar "Der Yasin, isso é raiz em minha memória"[70]
Vou gravar tudo o que o sol relatar
O que a lua sussurrar
O que a cotovia narrar
No poço abandonado pelos amantes.
Para lembrar
Aqui fico e vou gravar (...)
Na oliveira no quintal de casa! [71]

A noção de "tema" de um discurso diz respeito àquilo que um discurso trata e, assim como o vocabulário, possui como mais relevante não o tema em si, mas seu tratamento semântico, ou seja, uma palavra ou um tema tem seu sentido constituído na formação discursiva, na qual estão expressas as relações que as palavras, expressões ou temas mantêm com outros elementos textuais da mesma ou de outra formação discursiva:

Esmagaram as flores nas colinas a nossa volta,
Destruíram as casas acima de nossas cabeças,
Espalharam nossos restos rasgados,
E então desdobraram o deserto diante de nós,
Com vales torcendo-se de fome
E sombras azuis quebradas em espinhos vermelhos
Dobrados sobre cadáveres deixados como presas para falcões e corvos.[72]

Nossa terra é uma esmeralda,
Mas, nos desertos do exílio,
Primavera após primavera,
Apenas a areia assobia na sua face
O que, então, estamos fazendo com nosso amor

[69] Kafr Qasim foi a aldeia onde a polícia israelense matou, em 1956, 49 camponeses que estavam voltando para casa do trabalho e não sabiam de um recém-imposto toque de recolher. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.98.

[70] Der Yasin foi a aldeia onde os comandos da organização sionista Irgun massacraram 250 aldeãos em 1948, numa tentativa de espalhar pânico entre os árabes para que eles abandonassem o local. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.98.

[71] ZAYYAD, T. *Aºuddu 'alà ay¡d≈kum* (Aperto suas mãos). [s.l.]: Ma≤ba'¡t Alitti®¡d, 1966, p. 120. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.98.

[72] JABRA, I. J. *Almajm…'¡t aºº¡'riyya* (Antologia poética), p. 42. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.*p.112.

> Quando nossos olhos e nossa boca estão cheios de geada e morte?[73]

A oposição de formações discursivas distintas por si só não significa que temas distintos sejam tratados por essas formações discursivas, a análise da competência discursiva que tornou possível determinada superfície discursiva permite a identificação do estatuto do tema. No caso do discurso da resistência, temas como o da afirmação da identidade e manifestação do direito legítimo à terra são recorrentes em outros tipos de discurso, no entanto identificamos que se trata de um discurso e não de outro ao analisar o estatuto do enunciador e do destinatário, claramente demarcados nos excertos abaixo:

> Quer saber algo sobre mim? Isso é importante para você? Se for, então conte nos dedos: Eu tenho uma mãe que morreu debaixo dos destroços de uma casa que meu pai construiu para ela em Safad. Meu pai mora em outro país e eu não posso vê-lo nem visitá-lo. Eu também tenho um irmão, senhor, que está tendo aulas de humilhação nas escolas da agência da ONU para refugiados. Tenho ainda uma irmã que está casada e mora em outro país e não pode me ver nem ver meu pai. Ah, tenho mais um irmão, senhor! Mas nós não sabemos onde ele está... Quer saber qual é meu crime? Você quer realmente saber ou está só curioso, senhor? Deixei cair, sem me dar conta, toda a vasilha de leite na cabeça de um funcionário do Estado e disse a ele que não queria vender a minha terra. Eu devo ter feito isso em um momento de loucura ou de lucidez, não sei muito bem.... Eles me colocaram em uma cela isolada e profunda para que eu dissesse que aquilo tudo tinha sido uma loucura da minha parte... Mas, na cela, eu me convenci de que a minha atitude foi o único momento de lucidez em toda a minha vida.[74]

> É certo que os judeus espalhados pelo mundo devem ter um centro nacional e um lar nacional para se reunir, e onde mais seria do que na Palestina, a qual estão íntima e profundamente associados há mais de 3 mil anos?

---

[73] *Ibid.*, p. 43. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.112.

[74] KANAFANI, G. *Al'a¢¡r alk¡mila*, vol. II. Beirute: Mu'asas¡t al'ab®¡¢ al'arabiyya, 1973, pp. 279-280. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.59-60.

> Achamos que isso seria bom para o mundo, bom para os judeus e bom para o Império Britânico, mas bom também para os árabes que moram na Palestina. Pretendemos que seja assim; (…) eles devem compartilhar os benefícios e o progresso do sionismo.[75]

No discurso da resistência palestina o enunciador encontra-se inscrito numa discursividade que lhe atribui o caráter de porta-voz de uma coletividade, uma espécie de arauto da libertação que se dirige aos "Seus" e aos "Outros" convocando a Memória e a História com a finalidade de tornar legítimo o seu dizer:

> Saí de mim quando me envolvi com a causa nacional. Costumava ser uma poetisa 100% subjetiva, mas tinha complexo de culpa. Como não me engajo na causa nacional ou partidária como todos os poetas de minha comunidade? Por que mergulho em mim mesma? Havia razões para isso. Após a ocupação, assumi minha personalidade social, que antes se escondia. Envolvi-me com meu povo e descobri que a poesia mais bela é aquela que se passa na ânfora do vinho popular, a ânfora do povo.[76]

A dimensão simbólica e política do enunciador do discurso da resistência, que lança mão da Memória e da História, está relacionada às diversas fontes do *saber* (segundo Foucault[77]: *"um campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam"*), fato que nos direciona à dimensão intertextual.

A intertextualidade compreende os tipos de relação que uma formação discursiva mantém com outras formações discursivas. A intertextualidade pode ser interna, quando um discurso se constitui por sua relação com outros discursos do mesmo campo, ou externa, quando um

---

[75] GILBERT, Martin, *Winston S. Churchill: Companion Volume*, v. 4, parte 2_ July 1919 ' March 1921, p. 1420. *Apud* FROMKIN, David. *Paz e Guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p.563.

[76] TUQAN, F. *Ri®la jabaliyya, ri®la Æa'ba* (jornada montanhosa, jornada difícil). Akka: D¡r aººur…q linnaºr wattawz≈', 1985, p. 96. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit.* p.11.

[77] FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: O que é um autor. /s.l./:Passagens,1969, p.207.

discurso se define por sua relação com discursos de campos diferentes.

No excerto abaixo, observamos no relato do poeta sobre a experiência no exílio a expressão dessa temática sob a ótica da Literatura, que abordada de tal maneira pelo enunciador se configura como um importante campo para a relação intertextual admitida pelo discurso da resistência:

> A mitologia foi descoberta e explorada: a grega, a árabe, a babilônica, a cristã e também a muçulmana. Gilgamesh, Ícaro, Sindbad, Tammuz, Ishtar e Sísifo, todos se tornaram alusões urgentes e inevitáveis. (...) Não era mais suficiente para o poeta ser meramente um símbolo público, uma voz da tribo. Agora que a nação havia embarcado numa nova fase de busca por sua identidade e por suas fontes de força, a posição do poeta era a de intensa consciência do eu. Ele se fazia consciente da história, da humanidade e, acima de tudo, da liberdade.[78]

As dimensões textuais do discurso que por hora ilustramos podem ser identificadas como sistemas de restrições da semântica global, que limitam os múltiplos planos do discurso segundo a determinação da formação discursiva. A apresentação desse conjunto dos planos discursivos interessa à ilustração das diversas dimensões textuais que uma semântica global abrange:

> Isso quer dizer que a ordem da sucessão dos "planos" que seguimos em nossa apresentação é completamente arbitrária em relação ao "esquema construtor" global representado discursiva que os investe. Não constitui de forma alguma um modelo genético em virtude do qual o enunciador escolheria previamente um tema, depois de um gênero literário, depois de um vocabulário etc... A própria lista desses planos considerados não é objeto de uma elaboração teórica suficiente para pretender definir um modelo de textualidade. Sua única finalidade é ilustrar a variedade das dimensões concernidas pela

[78] JABRA, J. I. *Middle East Forum*, Vol. 43, N. 1. Bagdá: [s.n.], 1967, pp. 19-32. *Apud* FARAH, P.D. *Op.Cit*. p.13.

> perspectiva de uma semântica global, e nada impede de isolar outras ou de repartir diferentemente as divisões propostas[79].

Quarta Hipótese – **A Polêmica como Interincompreensão**

O sistema de restrições da semântica global deve ser concebido como um modelo de competência interdiscursiva. Os enunciadores de um discurso têm competência para produzir e interpretar enunciados de sua própria formação discursiva; do mesmo modo, possuem competência para identificar como incompatíveis os enunciados de formações discursivas antagônicas. A enunciabilidade do poema "Carteira de Identidade" resulta da polêmica entre um Mesmo e um Outro de duas formações discursivas distintas.

Daí tem-se que o espaço discursivo, enquanto rede de interação semântica, define um processo de interincompreensão sistemática, que é próprio da condição de existência de diversas formações discursivas:

> Para elas não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de "não compreender" os sentidos do enunciado do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco.[80]

As posições discursivas em concorrência interpretam o enunciado de cada uma delas como reprováveis a seu sistema discursivo, ou seja, os enunciados do "Outro" só são compreendidos quando contrastados com a limitação semântica daquele que o interpreta. Tal interpretação do outro está fundada num simulacro que é construído dele, assim, convenciona-se chamar discurso-agente aquele que ocupa a posição de tradutor do Outro e

[79] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p.81.
[80] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p.103.

discurso-paciente aquele que é traduzido.

O discurso-agente ou o Mesmo incumbido de traduzir o Outro polemiza necessariamente com aquele do qual se apartou à força a fim de existir; essa exclusão do Outro é reiterada de maneira explícita ou não através de cada um dos enunciados que o Mesmo profere. Desse modo, o Outro, ao mesmo tempo em que consiste numa ameaça para o discurso do Mesmo ele lhe permite existir:

> Meu filho não queria me contar. Ele disse: 'Se ele estiver morto estará melhor que nós'. 'Não!, eu gritei, e eu sabia que Ahmed estava morto... Meu filho e emeu marido foram até os militares para pegar o corpo de Ahmed. Os soldados disseram que trariam ele às oito horas... Queríamos enterrar ao lado do irmão, mas os soldados negaram... Até que ligamos para uma organização de direitos humanos em Jerusalém. Eles intervieram por nós... O enterro foi como o anterior. Os soldados só trouxeram o corpo à uma da manhã. Só a família pode comparecer. Eles nos deram cinco minutos para lavá-lo. Esqueci uma parte do material para cobrir o corpo. Queria buscar, mas os soldados não deixaram... Eles riram de mim. No velório os soldados atacaram a nossa casa. Espancaram as mulheres. Feriram meu filho mais velho na cabeça. Queriam levá-lo... Todas as mulheres saíram de suas casas para gritar com os soldados... Eles trancaram a gente num quarto... mas eu quebrei a janela e pulei para fora... Eles não puderam levar o meu filho porque tinha muita gente lá, mas levaram o documento de identidade dele. (Relato de uma mãe palestina)[81]
>
> Somente teremos paz com os árabes quando o amor pelos seus filhos for maior que o ódio que eles sentem por nós. (Golda Meir)[82]

Apreende-se aí, o caráter dialógico da interdiscursividade, porém isso não significa dizer que o dialogismo é resultante da polêmica entre discurso-agente e o discurso-paciente:

> Não chegaremos, pois, ao ponto de dizer que a polêmica,

[81] SACCO, Joe. *Palestina: na faixa de Gaza.* São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003, p.96-97.

[82] MEIR, Golda. *The Sunday Times*, 15 de junho de 1969, p. 12.

> longe de somente manifestar a estrutura do espaço discursivo, contribui para criá-lo, isto é, que o dialógico (…) resulta em parte do polêmico. De fato, esses dois níveis só podem emergir juntos. Da mesma maneira que não se pode realmente sair da polêmica sem a intervenção de um terceiro, não se pode propriamente entrar nela: o discurso foi desde sempre tomado por ela, desde que definiu seu espaço de enunciação.[83]

O espaço de enunciação definido pelo discurso da resistência palestina é a expressão das principais polêmicas travadas pelas formações discursivas participantes desse espaço enunciativo; dentre as principais polêmicas a que envolve o direito de existir dos palestinos se configura como um dos elementos discursivos mais significativos nesse espaço discursivo:

> Antes de 1964 os moradores da "Palestina" ainda eram chamados de "árabes". Em 15 de maio de 1948, quando sete exércitos árabes atacaram o recém-criado Estado de Israel, os árabes da Palestina foram convocados a deixarem temporariamente a região colocando-se em segurança até que Israel estivesse aniquilado. Foram os próprios países árabes que animaram os palestinos a saírem dali; eles não forma expulsos pelos israelenses. Em torno de 68% deles partiram sem jamais ter visto um único soldado israelense. Um refugiado palestino resumiu a questão com as seguintes palavras: "O governo árabe disse-nos: 'Saiam para que possamos entrar'. Assim nós saímos, mas eles não entraram"[84]

> O mundo esqueceu que, em 1948, os palestinos constituíam quase 70% da população do mandato da Palestina; desde que a imigração judaica começou em escala séria, os imigrantes conseguiram adquirir apenas cerca de 6% das terras do país. No entanto, durante a década de 1940 e, em especial, depois da Segunda Guerra Mundial – os anos de minha infância –, não houve quase nenhuma preparação para compreender a situação. Lembro que havia apenas um leve sentimento de urgência ou alarme diante da chegada de forasteiros vindos da Europa e pouco se cogitava sobre quais poderiam ser seus planos e como eles seriam executados.[85]

---

[83] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p.121.
[84] BENNET, Ramon. "Philister". In: *Revista Notícias de Israel*, abril de 2001.
[85] SAID, E. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 291.

Constata-se, segundo os excertos acima, que está em negociação os conceitos "árabe" e "palestino"; para o discurso da resistência palestina o termo "árabe" situa-se num universo significativo mais amplo no que se refere à identidade e à história, daí o enunciador do poema "Carteira de Identidade" se declarar árabe e não palestino. Para a formação discursiva oponente à resistência palestina, o conceito "palestino" é utilizado ora como designação genérica dos habitantes da Palestina ora como povo inexistente:

> Nessa terra simplesmente viviam árabes cuja origem era, em sua maioria síria e libanesa, mas nela também viviam judeus. Nesse sentido, os judeus também são palestinos. Golda Meir, que foi primeira-ministra de Israel, disse em sua época: "Eu sou palestina".[86]

> Não havia nada que pudesse se chamar de palestino... Não foi como se houvesse um povo palestino na Palestina que se considerasse como palestino e nós tivéssemos jogado eles para fora e se apossado de seu país. Eles não existiam.[87]

O apagamento do povo palestino é resultante dos efeitos da "ideologia" - cabe aqui o conceito de Ricoeur que concebe ideologia como: "*Uma esquematização imposta pela força, aos fatos; uma concepção cega, falsificadora, que nos impede de reconhecer a realidade"*[88] - e tem como objetivo negar a existência do conflito instaurado, desse modo, a ideologia se torna justificadora da polêmica como a interincompreensão entre as formações discursivas, de acordo com Ricoeur:

> A ideologia é função da distância que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de

[86] LIETH, Norbert. "Os palestinos e sua verdadeira identidade". In:*Revista Notícias de Israel*, abril de 2001.

[87] MEIR, G. *The Sunday Times*, 15 de junho de 1969, p. 12.

[88] RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p.157.

> perpetuar sua energia inicial para além do período de efervescência. É nessa distância, característica de todas as situações post factum, que intervêm as imagens e as interpretações. Sempre é numa interpretação que o modela retroativamente, mediante uma representação de si mesmo, que um ato de fundação pode ser retomado e reatualizado. Talvez não haja grupo social sem essa relação indireta com seu próprio advento. É por isso que o fenômeno ideológico começa demasiado cedo: porque com a domesticação pela lembrança, começa o consenso, mas também se iniciam a convenção e a racionalização. Neste momento, a ideologia deixou de ser mobilizadora para tornar-se justificadora; ou antes, só continua sendo mobilizadora com a condição de ser justificadora. [89]

[89] RICOEUR, Paul. *Op. Cit*. p. 68.

CAPÍTULO IV – A Construção do Discurso da Resistência Palestina: Do Discurso à Exterioridade

As três últimas hipóteses formuladas por Maingueneau acerca da Gênese dos Discursos relacionam o discurso aos fatores externos que lhe conferem materialidade. Desse modo, daremos destaque neste capítulo aos recortes institucional, intersemiótico e sócio-histórico a serem considerados na análise discursiva.

Quinta Hipótese – **Do Discurso à Prática Discursiva**

A ideia de prática discursiva remete à ação empreendida pelas instituições na formação de seu pensamento, assim o processo de constituição dos discursos está necessariamente ligado à formação dos grupos que produzem e mantém o funcionamento desses discursos. Cabe aqui, portanto, articular discurso e instituição pela via de um sistema de restrições comuns.

Considerando que o estatuto do enunciador e seu modo de enunciação são dados pela sua posição social, constata-se, portanto, a confluência entre discurso e instituição. Esse sistema de relações compreende a prática discursiva que orienta a localização institucional dos inúmeros posicionamentos ocupados pelo sujeito na enunciação:

> Essas reflexões sobre a relação entre semântica do discurso e instituição nos conduzem, pois, a tomar distância em relação à ideia segundo a qual ela seria um simples "suporte" para as enunciações que seriam fundamentalmente exteriores a ela. Ao contrário, parece muito claro que essas enunciações são parte da mesma dinâmica semântica que a instituição. Não se poderia, pois, fazer funcionar aqui o esquema do tipo

> "infraestrutural", sendo a instituição a causa e o discurso seu reflexo ilusório. A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização.[90]

Tomemos o caso do nosso objeto de pesquisa, o discurso literário. Sendo a literatura interesse de indivíduos e não de instituições, como estabelecer a relação entre literatura e instituição?

O escritor, ainda que seja livre para produzir determinados tipos de textos, o faz condicionando seu ato ao momento no qual escreve ou às regularidades da instituição a qual pertence. O poema "Carteira de Identidade" tem seu conteúdo semântico condicionado pela instituição da resistência palestina e o poeta, independentemente de sua disposição criativa, está inscrito na discursividade de seu momento histórico:

> Mesmo que cada escritor tenha uma maneira única de fabricar seus textos, isso não impede que, em suas grandes linhas, ela seja implicitamente condicionada pelo estatuto do discurso literário de um momento e para uma sociedade dados, assim como pela "escola" a qual ele se liga, querendo ou não. Não há incompatibilidade entre ritos pessoais e ritos "impostos" por um pertencimento institucional e discursivo. A vocação enunciativa supõe uma harmonização mais ou menos estrita entre as práticas individuais do autor e as representações coletivas nas quais ele se reconhece e que comunidades mais ou menos amplas verão, por sua vez, encarnadas nele.[91]

A influência da instituição da resistência palestina no conteúdo semântico da literatura consistiu em direcionar a partir de um determinado momento a arte para uma finalidade que por ora se anunciava e exigia, portanto, uma transformação da sua perspectiva:

---

[90] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p. 134.
[91] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit.* p. 139.

> Não foi nenhum acidente, portanto, que a grande mudança na poesia árabe tenha começado mais ou menos com a catástrofe na Palestina. Na década entre 1948 e 1958, o que aconteceu com a produção árabe era cataclísmico. De repente, com o choque e a amargura, os jovens de todo o mundo árabe não apenas viam as coisas numa nova luz como também tinham de expressá-las de uma nova forma, mais imediata e menos presa à forma, enquanto adotavam as inovações ocidentais em sua luta por uma imaginação mais livre.[92]

Nesse novo contexto a literatura tende a tornar aceitáveis novas perspectivas, considerando-se os sistemas de valores que agora são colocados em questão (sobrevivência, apego à memória e à história, afirmação da identidade). Nesse sentido, há uma aproximação entre a literatura e o gênero epidítico, que pensados em termos de função, convergem para a demonstração baseada na censura (ou na denúncia) e no elogio (ou afirmação de algo):

> Ao contrário da demonstração de um teorema de geometria, que estabelece de uma vez por todas um vínculo lógico entre verdades especulativas, a argumentação do discurso epidítico se propõe aumentar a intensidade da adesão a certos valores, sobre os quais não pairam dúvidas quando considerados isoladamente, mas que, não obstante, poderiam não prevalecer contra outros valores que viessem a entrar em conflito contra eles. O orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para ampliar e valorizar.
>
> É na epidítica que são apropriados todos os procedimentos da arte literária, pois se trata de promover o concurso de tudo quanto possa oferecer essa comunhão do auditório. É o único gênero que, imediatamente, faz pensar na literatura, o único que poderíamos comparar

[92] JABRA, J. I. *Middle East Forum*, Vol. 43, N. 1. Bagdá: [s.n.], 1967, pp. 19-32. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit*. p.13.

> com o libreto de uma cantata, o que corre maior risco de virar declamação, de tornar-se retórica, no sentido pejorativo e habitual da palavra.[93]

A comunhão criada pelo orador (enunciador, no discurso da resistência palestina) em torno de valores que são caros ao auditório (interlocutores) são recorrentes na poesia palestina pós-1948:

> Tudo é árabe apesar da mudança da língua,
> Apesar dos caminhões, carros e faróis.
> Todos os choupos e os pomares solenes de meus ancestrais
> Estavam, juro, sorrindo para mim com uma afeição árabe
> Apesar de tudo o que foi eliminado, coordenado, e dos sons "modernos"
> Apesar dos oceanos de luz e tecnologia
> Ó, meus avós, o rico solo estava iluminado com a feição árabe
> E ele cantava, acreditem-me, com afeição.[94]

> Nossa Palestina, nossa terra verde
> Suas flores, qual bordado em vestido de mulher
> Março enfeita suas colinas
> Com peônias e narcisos como joias
> Abril irrompe na planície
> Com flores e botões de noiva
> Maio é a canção que entoamos
> Nas sombras azuis
> Entre as oliveiras de nossos vales
> Na fertilidade do campo
> Esperamos pela promessa de julho
> A dança alegre na plantação.
> Ó, nossa terra, onde passamos a infância
> Qual sonho na sombra de laranjal
> Entre amendoeiras nos vales.[95]

Vê-se, portanto que a literatura é tomada como uma atividade

---

[93] PERELMAM, Chaim et al. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 56-57.

[94] ALLUCH, L. *Buh¡r 'alà aljur® almaft…*® (Temperos na ferida aberta). Damasco: D¡r Filas≤≈n, 1971, p. 17. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit*. p.58.

[95] JABRA, I. J. *Almajm…'¡t aººi'riyya* (Antologia poética). Beirute: Riad el Rayyes, 1990, p. 41. *Apud* FARAH, P.D. *Op. Cit*. p.75.

política na medida em que o estatuto do discurso literário também o é, especialmente no que se refere à questão do gênero epidítico.

Sexta Hipótese – **Uma Prática Intersemiótica**

A prática discursiva, por definir a produção e o funcionamento dos discursos, pode também ser considerada uma prática intersemiótica pelo fato de abranger produções de domínios semióticos diversos (pictórico, musical, literário) que extrapolam o campo essencialmente textual.

A abordagem discursiva de uma prática intersemiótica visa identificar o sistema de restrições semânticas de objetos de domínios intersemióticos distintos, ou seja, identificar os modos de estruturação desses objetos segundo o sistema da formação discursiva ao qual eles pertencem.

As restrições do gênero da prática discursiva estão relacionadas com o contexto histórico e com a função que essa prática irá desempenhar na sociedade. No caso do discurso da resistência palestina, a prática discursiva da resistência abrange vários domínios semióticos: a música, a pichação, a pintura, o cinema etc.

Música

Estranho em meu próprio país, DAM

Todos os barcos estão velejando
Deixando para trás a tristeza
Que está afogando nossos corações
Novamente somos convidados indesejáveis
Em nosso próprio país
Mas nosso destino é estar fisicamente
Próximos de nossa terra
Enquanto estamos espiritualmente

Longe de nossa nação
Quem se importa conosco?
Estamos morrendo devagar
Controlados por um governo
Sionista democrático
Democrático para as almas judaicas
E sionista para as almas árabes
Isso significa que o que é proibido
Para ele é proibido para mim
E o que é permitido para ele
É proibido para mim
E o que é permitido para mim
Não é desejado por mim
Porque está negando minha existência
Cega minha cor, minha história e meu povo
Provoca uma lavagem cerebral nas crianças
Assim elas crescem numa realidade
Que não as representa
Nos faz acreditar que somos
Parte de uma nação
Que não faz nada
A não ser nos fazer sentir
Como estranhos
Eu? Um estranho em meu próprio país!
Onde posso eu ir quando
Minha terra foi ocupada?
A alma me disse que só o amor
Do meu povo pode me proteger
Mas onde posso eu ir quando
meu povo está me abandonando?
A alma me disse não importa
Continue andando com sua
Cabeça bem erguida.

O grupo de rap palestino *DAM* foi formado em 1999 pelos irmãos Tamar e Nafar e alguns amigos. O nome do grupo é um acrônimo de "Da Arabic Mcs". Apesar de não terem nenhum contrato oficial com alguma gravadora, no ano de 2001 alguns de seus *singles* foram baixados mais de um milhão de vezes de sites da internet.

Em 2006, o grupo concluiu o primeiro álbum, *Dedication*, baseado no documentário *Slingshot Hip-Hop*, dirigido por Jackie Salloum, sobre a emergência da Palestina no cenário da cultura hip-hop.

As letras do grupo expressam o sentimento de frustração dos palestinos de serem cidadãos de segunda-classe em Israel, além de apresentarem também mensagens da resistência como, por exemplo, a determinação de continuar na própria terra apesar das adversidades. As performances do grupo caracterizam imagens de soldados israelenses sendo atingidos por pedras atiradas por palestinos.

Pintura

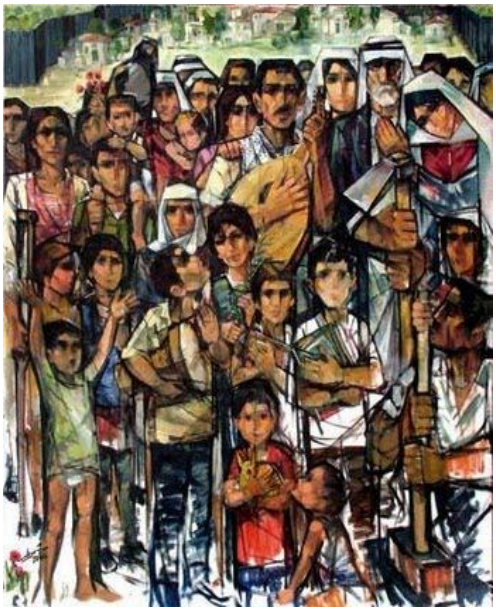

Figura 4 - *The Wall*, Ismail Shammout, 2004

O pintor Ismail Shammout, nasceu em 1930 em Lydda, Palestina, aldeia da qual foi expulso juntamente com sua família, em julho de 1948, por soldados israelenses. Após a expulsão, o pintor deslocou-se com sua família para um campo de refugiados na Faixa de Gaza. Em 1950, o poeta mudou-se para o Cairo a fim de cursar seus primeiros estudos formais em Arte. Retornou a Gaza em 1953, ano em que fez sua primeira exposição.

Shammout ingressou na Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1965, como Diretor de Arte e Cultura Nacional. Suas pinturas expressam as tradições e a cultura da Palestina, na tela acima, observam-se vários elementos recorrentes da resistência palestina: as vestes das personagens, as inúmeras crianças, os instrumentos musicais típicos e a presença de várias gerações de palestinos destacadas em relação à imagem, ao fundo, de um muro, paisagem artificial da Palestina ocupada.

Cinema

Figura 5 – Cena do Filme *The Dupes,* 1972.

O longa-metragem *The Dupes,* de 1972, dirigido por Saleh Tawfik, relata a trajetória de três refugiados palestinos que tentam chegar ao Kuwait em busca de uma oportunidade melhor de vida. O cenário predominante no filme é o deserto do Iraque e os três personagens – representantes de três gerações de palestinos – fazem uma longa e difícil viagem escondidos no tanque de aço de um caminhão. Na demorada triagem numa barreira militar na fronteira com o Kuwait, os palestinos acabam morrendo sufocados, pois havia-se extrapolado o tempo em que poderiam suportar o calor dentro do

tanque. No entanto, eles não morreram resignados, bateram no tanque a fim de tentar chamar o motorista ou alguém que pudesse livrá-los do calor escaldante do compartimento metálico do caminhão. O filme foi adaptado do romance de Ghassan Kanafani, *Men in the Sun*, de 1962. *The Dupes* é também um dos primeiros filmes árabes a abordar a situação palestina.

Pichação e Grafite

Figura 6 – Casa em Faixa de Gaza, *Folha de São Paulo*, 21/11/04.

O discurso da resistência palestina é também expresso por meio de pichações e grafites. Na foto do jornal, numa casa da Faixa de Gaza, observamos imagens que remetem ao conflito israelo-palestino nas quais parece estar explícito um chamado para a guerra. Os elementos, tais como o tema, a paisagem e os gestos inflamados, enquanto componentes do discurso da resistência, também se fazem presente nessas intervenções urbanas, que são as pichações e os grafites retratados pela foto.

Vê-se dentre as diversas práticas semióticas a organização semântica dentro de um sistema único ligado pelo princípio de "competência

discursiva":

> O recurso a um mesmo sistema semântico para diversas práticas semióticas no seio da mesma unidade discursiva supões certamente uma extensão correlativa do princípio de "competência discursiva". Se quisermos ser consequentes, não podemos reservar esse princípio apenas aos enunciadores linguísticos. O pintor, o arquiteto..., dado que participam da mesma prática discursiva, dispõem da mesma rede de regras que os enunciadores para tratar os materiais significantes. Como aqueles, são capazes de reconhecer a incompatibilidade das produções de seu Outro, assim como a coincidência de tais e tais produções com as regras de sua própria formação discursiva.[96]

Sétima Hipótese – **Um Esquema de Correspondências**

A despeito das restrições da semântica global, não há uma dissociação entre a prática discursiva e outras séries (ou seja, outros lugares de manifestação de um discurso) de seu ambiente sócio-histórico. Existe uma mesma forma entre os discursos e outras séries, o que mostra que a formação discursiva se revela como um "esquema de correspondência" entre campos aparentemente heterogêneos. Outros campos do ambiente sócio-histórico palestino, não apenas o discurso da resistência, possuem correspondência direta com a realidade social imediata a partir da qual esse discurso emerge:

> Todos reconhecem que a escolarização dos árabes em Israel se desenvolveu de maneira notável. Mas os árabes se sentem prejudicados em diversos aspectos: sua escolarização não é comparável a de seus "con-cidadãos" judeus; os programas e os manuais são sentidos como desislamizados, desarabizados, pela história e civismo judaicos. Por um lado, por múltiplas causas – sendo a primeira o êxodo maciço da intelectualidade palestina em

[96] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit*. p.148.

> 1948 – os intelectuais árabes em Israel são muito pouco numerosos e jovens. Eles foram formados em Israel. A contribuição dos programas de rádio e televisão árabes vizinhos é considerável, mas os livros editados nas capitais árabes são poucos. Os jovens escritores palestinos de língua árabe adquiriram – como eles dizem – uma cultura árabe profunda, e se exprimem em uma língua árabe clássica simples. Seguramente, 'a literatura dos árabes em Israel está subordinada à vida política, mais pela escolha dos assuntos do que por sua apresentação' (Landau, The Arabs in Israel, political studies, p. 64). Por outro lado, esses jovens escritores são, na sua maioria, "anti-israelenses". Os menos violentos, são menos representativos no dizer de Landau.[97]

Remeter o discurso da resistência palestina a sua exterioridade significa pensar as condições de produção desse discurso que abrangem o contexto histórico-social, os interlocutores, os enunciadores e o lugar de onde falam e a imagem que fazem do Outro e de si.

O contexto histórico-social a partir do qual emergiu o discurso da resistência palestina correspondeu à dispersão de quase toda uma população que se viu exilada fora e mesmo dentro de sua terra após a decisão política de instauração de um Estado dentro da Palestina:

> O fato traumatizante principal é o seguinte: tornou-se estrangeira, em algum dia depois de 14 de maio de 1948, uma minoria de um milhão de pessoas sem mudar de lugar. Inversamente a etnia judaica se tornou majoritária, cresceu rapidamente e criou um estado novo. A própria existência dessa maioria vitoriosa e fabricada corresponde exatamente à perda da existência da antiga maioria que se tornou minoria. Eis a experiência traumatizante fundamental: que concentra tudo aquilo que implica o estatuto de minoria, cultural, política e social.[98]

---

[97] CARRÉ, Olivier. *L'idéologie Palestinienne de Résistance***.** Paris: Foundation Nationale dês Sciences Politiques, 1972, p. 35.

[98] CARRÉ, Olivier. *Op. Cit*. p. 23.

A partir desse momento, a expressão do direito à existência e à terra se manifestou sob diversas instâncias – políticas, jornalísticas, literárias – organizadas em torno do movimento da resistência palestina.

No âmbito literário, a resistência teve como função a reconstrução simbólica da pátria e da identidade, e a poesia, destacadamente, será o instrumento de expressão da memória coletiva e lugar de sobrevivência física, enquanto manifestação de uma prática discursiva, e simbólica, enquanto expressão discursiva "abstrata".

Os interlocutores aos quais a poesia se dirige são pré-construídos enquanto elementos resultantes dos efeitos da polêmica ou do embate entre duas formações discursivas concorrentes, assim através das formações imaginárias (antecipação da imagem de si feita pelo Outro) o enunciador antecipa o discurso do Outro e direciona sua argumentação como uma resposta a essa antecipação, segundo Orlandi:[99]

> Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.

Desse modo, o enunciador fala a partir do lugar da reação através de uma perspectiva construída também pelo locutor, de cujo ponto de vista discorda e se manifesta distanciando-se dele.

Por fim, a imagem que o enunciador faz de si no discurso poético corresponde ao *ethos efetivo*, no qual a constituição do eu-lírico se faz

[99] ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso:princípios e procedimentos.* 3ª edição. Campinas: Pontes, 2001, p. 39.

através da percepção que o Outro teria de si. No próximo capítulo, aprofundaremos a discussão a respeito do *ethos* palestino de resistência.

Vê-se, portanto, que um esquema de correspondência – entre uma prática discursiva e outros elementos que compõem o contexto sócio-histórico de produção dos discursos – revela a heterogeneidade das formações discursivas atravessadas por várias outras formações discursivas e se apresenta, dessa forma, como um domínio aberto e incompleto. Dada a incompletude dos discursos, a tarefa do analista será a de apontar as pistas da heterogeneidade que impõe a opacidade aos discursos, de acordo com Maingueneau:[100]

> É forçoso, pois, definir unidades semânticas, separar um interior de um exterior, mas também admitir que esse dentro é de fato um fora. Em dois sentidos: porque no espaço enunciativo, o Mesmo se constitui no Outro, o fora investindo o dentro, pelo próprio gesto de expulsá-lo; e porque, através de seu sistema de restrições, o discurso se encontra engajado em uma reversibilidade essencial com grupos, instituições, e, igualmente, com outros campos. Não há imagem simples que torne isso visível.

[100] MAINGUENEAU, Dominique. *Op. Cit*. p.189.

CAPÍTULO V – A Construção do *Ethos* Palestino de Resistência

1. *Ethos* retórico e *ethos* discursivo

O *ethos* (imagem de si) juntamente com o *pathos (*sensibilidade do outro) e o *logos* (saber discursivo) são componentes do sistema retórico. O *eu*, ou seja, o *ethos* é uma instância retórica por excelência, de acordo com Meyer[101]:

> O ethos é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto outras suscitam conferem ao orador uma autoridade. O ethos é o orador como princípio (e também como argumento) de autoridade. A ética do orador é seu "saber específico" de homem, e esse humanismo é a sua moralidade, que constitui fonte de autoridade. Evidentemente, liga-se ao que ele é e ao que ele representa.

Cabe, portanto refazermos o percurso da noção de *ethos*, desde Aristóteles até Maingueneau, a fim de situarmos as distintas concepções do conceito bem como justificar a abordagem escolhida no presente estudo.

Na *Retórica*, Aristóteles teve como propósito apresentar uma *techné* com a finalidade de observar o que seria persuasivo para tal ou qual indivíduo. Através do *ethos* construído no discurso, o orador pretendia passar uma boa imagem que fosse capaz de convencer o auditório e ganhar sua confiança. Desse modo, o destinatário do discurso atribui certas qualidades àquele que se coloca como fonte do acontecimento enunciativo, ou seja, aqui o *ethos* está ligado à própria enunciação e não a um conhecimento extra-discursivo que se tem a respeito do locutor:

---

[101] MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007, p.34-35.

> Persuade-se pelo caráter [=*ethos*] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador.[102]

O orador, para passar essa imagem de si, lança mão de três qualidades fundamentais: a *phronesis*, ou prudência, a *aretè*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência:

> Quanto aos oradores, eles inspiram confiança por três razões; as que efetivamente, à parte as demonstrações, determinam nossa crença: a prudência (phronesis), a virtude (aretè) e a benevolência (eunoia). Se, de fato, os oradores alteram a verdade sobre o que dizem enquanto falam ou aconselham, é por causa de todas essas coisas de uma só vez ou de uma dentre elas: ou bem, por falta de prudência, elas não são razoáveis; ou, sendo razoáveis, eles calam suas opiniões por desonestidade; ou, prudentes e honestos, não são benevolentes; é por isso que podem, mesmo conhecendo o melhor caminho a seguir, não o aconselhar.[103]

Para Roland Barthes, não é importante a sinceridade dos traços mostrados, mas sim a boa impressão a ser transmitida ao auditório, desse modo,o autor destaca a concepção do *ethos mostrado*:

> São traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para dar uma boa impressão (…). O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo diz: eu sou isto aqui, não aquilo lá.[104]

---

[102] ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2006, p.21.
[103] ARISTÓTELES. *Op. Cit.*, p.24.
[104] BARTHES, ROLAND. "A retórica antiga". In: COHEN et al. (orgs.). *Pesquisas de Retórica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975, p. 147-225.

Oswald Ducrot abordou o *ethos retórico* por meio do estabelecimento de uma distinção entre "locutor-L" [= o locutor apreendido como enunciador] e "locutor-lambda" [= o locutor apreendido como ser do mundo]; tal distinção corresponde à distinção dos pragmaticistas entre *mostrar* e *dizer*, em que o *ethos* é mostrado no ato da enunciação, não dito no enunciado:

> Não se trata de afirmações que o autor pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso – afirmações que, ao contrário, correm o risco de chocar o auditório – , mas da aparência que lhe confere a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos … Em minha terminologia, direi que ethos está associado a L, o locutor como tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável.[105]

Para Maingueneau, o *ethos* está essencialmente ligado ao ato enunciativo, daí ser possível afirmar que o *ethos* será constituído no discurso numa relação de interação de diversos fatores:

> O ethos de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores: o ethos pré-discursivo, o ethos discursivo (ethos mostrado), mas também os fragmentos de texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação (ethos dito), diretamente ("é um amigo que vos fala") ou indiretamente, por exemplo, por meio de metáforas ou alusões de outras cenas da fala.(...) O ethos efetivo, aquele que é construído por um dado destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias, cujo peso respectivo varia de acordo com os gêneros do discurso.[106]

O *ethos efetivo*, no caso do gênero lírico, tem sua constituição fundada na imagem que o eu-lírico pretende forjar a partir da percepção que outrem teria de si, assim, se o *ethos* que emerge do poema se pretende ver

[105] DUCROT, Oswald. *Le dire et le dite*. Paris: Minuit, 1984, p. 201.
[106] MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 270.

como injustiçado ou desprezado o fará valendo-se de argumentos que comporão a imagem que se intenciona criar.

É preciso ressaltar, porém, que os efeitos que o eu-lírico pretende forjar no outro não são escolhas do sujeito, mas sim das formações imaginárias dadas pela formação discursiva:

> Do ponto de vista da AD (Análise do Discurso), esses efeitos são impostos não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. O *que* é dito e o *tom* com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis.[107]

A concepção do *ethos dito*, por sua vez, não remete necessariamente à oposição entre o oral e o escrito. No caso do *ethos retórico* o dito corresponde a uma "voz" inscrita na discursividade que articula – mais do que oralidade à escrita – o corpo e a voz ao discurso:

> A retórica organizava-se em torno da palavra viva e integrava, consequentemente, à sua reflexão o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação. Na realidade, mesmo os corpos escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma "voz". Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica: "a oralidade não é o falado", como lembra H. Meschonnic, que preconiza "a integração do discurso ao corpo e à voz, bem como a do corpo e da voz ao discurso".[108]

Considerando que os elementos do *ethos* são intrínsecos à discursividade, o discurso será então indissociável daquilo que o faz tomar corpo, daí a noção de **incorporação** para designar a relação entre formação

[107] MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 45-46.
[108] MAINGUENEAU, D. *Op. Cit*, p. 46.

discursiva e *ethos* na enunciação. Segundo Maingueneau, a incorporação atua sobre três registros estreitamente articulados:

> – a formação discursiva confere "corporalidade" à figura do enunciador e, correlativamente, àquela do destinatário, ela lhes "dá corpo" textualmente;
> – esta corporalidade possibilita aos sujeitos a "incorporação" de esquemas que definem uma maneira específica de habitar o mundo, a sociedade;
> – estes dois primeiros aspectos constituem uma condição da "incorporação" imaginária dos destinatários ao corpo, o grupo dos adeptos do discurso.[109]

Tem-se, portanto, a constatação da estreita ligação entre *ethos retórico* e *ethos discursivo*, na qual observamos a readaptação da noção de *ethos* feita pela Análise do Discurso, que passa da concepção de *imagem de si* ou *caráter* à noção de *corpo* e *voz* integrados ao discurso:

> Na perspectiva da análise do discurso, não podemos, pois, contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do ethos um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência.[110]

Desse modo, o *ethos* se constrói no discurso numa relação que supõe a existência de várias instâncias enunciativas que impõem ao discurso um caráter interativo, uma vez que o ato enunciativo é sócio-historicamente determinado, nos dizeres de Maingueneau[111]:

> - o ethos é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma "imagem" do locutor

[109] MAINGUENEAU, D. *Op. Cit*, p. 48.
[110] MAINGUENEAU, Dominique. "Ethos, cenografia, incorporação". In: AMOSSY, Ruth (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p.75.
[111] MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário.* São Paulo: Contexto, 2006, p. 269.

> exterior a sua fala;
> - o ethos é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
> - é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.

2.O *Ethos* Palestino de Resistência

O poema "Carteira de Identidade", de Mahmud Darwich, é um texto representativo da expressão do exilado em sua própria terra. Através do ritmo, das palavras, do tom e da corporalidade, o *ethos* palestino de resistência emerge e se materializa no texto, ou seja, esse *ethos* está inscrito no próprio discurso da resistência, expresso através da literatura que aqui se configura como uma atividade política.

A força elocucionária do verso que inicia o poema – *"Toma nota/Sou árabe"* – justifica-se pela situação de tensão enfrentada por um palestino que, ao passar por uma barreira militar, é obrigado a informar sua identidade. Porém, sua identidade não é um atributo individual, no texto ela abrange uma coletividade que necessita reforçar sua existência num momento em que ela lhe tem sido negada. Assim, o *ethos*, através da linguagem, impõe a si uma identidade coerente com o mundo no qual se insere, daí, sendo esse mundo violento e opressor, se justifica sua fala incisiva, áspera: "Ao sentir fome, porém,/Como a carne de quem me viola/ Atenção... cuidado.../Com minha fome... com minha fúria".

Os elementos que são característicos do *ethos* em questão – número de filhos, lugar onde trabalha e mora, maneira como se veste – compõem a maneira de ser que remete o tempo todo à necessidade de resistir, assim, esse modo de viver corresponde também a uma maneira de dizer, através da

qual se observa em todo poema o efeito alegórico da resistência: “Trabalho numa pedreira/Com meus companheiros de dor/Pra meus oito filhos/O pedaço de pão/as roupas e os livros/arranco da rocha...Sou árabe/ Cabelos negros/Olhos castanhos E o que mais?.../A cabeça coberta com keffiyya e cordão/Dura como pedra/Rija no toque/a palma da mão.../E o melhor pra comer?/Azeite e *zaatar*”.

Essa maneira de vestir, de movimentar e de falar é indissociável da voz que se identifica no poema, desse modo, o valor desse *ethos* corresponde ao de um “fiador” que atribui para si uma identidade coerente com o mundo que ele apresenta: “Sou árabe/Sou nome sem sobrenome/Paciência sem fim/Num país onde tudo o que é/Ferve na urgência da fúria”.

A ligação com a terra é recorrentemente marcada no texto de maneira a reforçar o direito legítimo que os palestinos possuem sobre o espaço. Tal legitimidade é reforçada pela condição de trabalhador da terra, traço principal da identidade expressa pelo poema: “Meu pai.../De família na terra/Sem nobreza entre os seus/Meu avô/De presença no arado/Nem distinto nem bento/Sem nome nem renome/Sem papel nem brasão/Minha casa, só choça no campo/de troncos e tábuas”.

Além da reivindicação da terra o *ethos* palestino de resistência aspira à manutenção de sua organização familiar e sua cultura. A família está representada no texto pela figura paterna que possui uma responsabilidade social com sua prole ao prover-lhe sustento e cultura: “Pra meus oito filhos/O pedaço de pão/as roupas e os livros/arranco da rocha...”

A cena da enunciação do poema, integra as três cenas definidas por Maingueneau como “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”. A cena englobante corresponde ao estatuto pragmático do discurso, que em “Carteira de Identidade” se refere ao discurso literário. A cena genérica associa o discurso a um gênero, no caso, o gênero lírico. Com relação à

cenografia, sua construção se dá pelo texto, de acordo com Maingueneau:

> Não empregamos aqui "cenografia" no sentido que tem seu uso teatral, mas dando-lhe um duplo valor: (1) Acrescentando à noção teatral de "cena" a de -grafia, da "inscrição": para além da oposição empírica entre o oral e o escrito, uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência no interdiscurso; (2) Não definimos a "cena enunciativa" em termos de "quadro", de decoração, como se o discurso se manifestasse no interior de um espaço já construído e independente desse discurso, mas consideramos o desenvolvimento da enunciação como a instauração progressiva de seu próprio dispositivo de fala. A "-grafia" deve, pois, ser apreendida ao mesmo tempo como quadro e como processo.[112]

A maneira como a "fala" se inscreve em "Carteira de Identidade" dá-se por meio de uma cenografia desafiadora que implica um *ethos* da "ameaça", que adere ao mundo que exige essa cenografia e não outra pelo fato de que esse *ethos* necessita resistir à tentativa de negação de sua própria existência, daí o tom ameaçador recorrente no poema: "E vais te irritar por isso?/Atenção... cuidado.../Com minha fome... com minha fúria!".

A relação entre cenografia e *ethos* compreende, portanto, o lugar do qual o discurso emerge, ao mesmo tempo em que é o lugar construído pelo discurso, segundo Maingueneau:

> A cenografia, como o ethos que dela participa, implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve

[112] MAINGUENEAU, Dominique. "Ethos, cenografia, incorporação". In: AMOSSY, R. *Op. Cit*. p.76-77.

> legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém, a política, a filosofia, a ciência... São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio ethos, pelos quais esses conteúdos surgem.[113]

Vê-se, portanto, que a concepção de *ethos* presente no poema permite a articulação da linguagem a um corpo, uma vez que a identidade que o texto constrói não é apenas dada por um estatuto (de palestino, de refugiado), mas por uma voz articulada a um corpo historicamente constituído: "Minhas raízes.../Antecedem/o nascimento do tempo/o princípio das eras /o cipreste e a oliveira/a primeira das ervas".

A respeito dessa concepção de *ethos*, afirma Maingueneau[114]:

> Isto significa que optamos por uma concepção primordialmente "encarnada" do ethos, que, dessa perspectiva, abrange não apenas a dimensão verbal, mas igualmente o conjunto de determinações físicas e psíquicas vinculadas ao "fiador" pelas representações coletivas. Este vê atribuídos a si um caráter e uma corporalidade cujo grau de precisão varia de acordo com o texto. O "caráter" corresponde a um conjunto de características psicológicas. A "corporalidade", por sua vez, associa-se a uma compleição física e a uma maneira de se vestir. Além disso, o ethos implica uma maneira de se movimentar no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida mediante um comportamento global. O destinatário o identifica com base num conjunto difuso de representações sociais avaliadas de modo positivo ou negativo, de estereótipos que a enunciação contribui para confirmar ou modificar.

[113] MAINGUENEAU, Dominique. "Ethos, cenografia, incorporação". In: AMOSSY, R. *Op. Cit*. p.77-78.
[114] MAINGUENEAU, D. *Op. Cit*, p. 271-272.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um contexto histórico específico determina a ocorrência de determinados discursos, no caso do processo de legitimação e afirmação da identidade palestina constatamos a emergência do discurso da resistência palestina.

A construção (gênese) do discurso da resistência palestina está no interdiscurso e na sua relação com a exterioridade, ou seja, na memória discursiva dos palestinos e nas relações que essa memória estabelece com a história.

No interdiscurso constamos a heterogeneidade constitutiva dos discursos, que corresponde à relação entre o Mesmo do discurso e seu Outro. O Mesmo e o Outro representam as formações discursivas oponentes que determinam quais enunciados compõem cada uma das discursividades. Ao ato de reconhecimento dos enunciados de determinadas formações discursivas denominamos competência discursiva.

A competência discursiva indica o lugar possível dos enunciadores na relação intradiscursiva, ela supõe a ocupação de uma posição enunciativa de acordo com as regras de sua formação discursiva. No discurso da resistência palestina, o enunciador além de produzir e identificar os enunciados dessa formação discursiva ele reconhece os enunciados da formação discursiva oponente e se reporta a ela, destinando-lhe em parte o seu dizer.

Desse modo, apreendemos que o conflito, além de histórico, ele está inscrito na própria interdiscursividade, confirmando o caráter dialógico da relação intradiscursiva. Porém, o dialogismo não é automaticamente resultante da polêmica, os níveis dialógicos e polêmicos emergem juntos no discurso, um não existe sem o outro, isto é, o Mesmo no discurso existe em

função de seu Outro.

A relação intradiscursiva do discurso da resistência palestina também prevê a relação entre esse discurso e seu exterior institucional, intersemiótico e histórico.

A instauração da instituição da resistência palestina alterou o conteúdo semântico da literatura e de outros espaços discursivos; tal mudança de perspectiva teve como objetivo a interrupção do processo ideológico de apagamento de um povo e sua história. Nessa nova abordagem a literatura passa a apresentar novos sistemas de valores, aproximando-a do gênero epidítico no que se refere à função que passa a desempenhar como censura (denúncia da opressão) ou elogio (afirmação da identidade).

O dinamismo da semântica global dos espaços discursivos, ou seja, a mudança nas diversas dimensões textuais, como o vocabulário e os temas tratados, são ações da prática discursiva que enquanto prática intersemiótica, abrange produções de domínios semióticos diversos (pictórico, musical, literário), que vão além do campo essencialmente textual. Desse modo, o discurso da resistência palestina se manifesta através de domínios intersemióticos distintos, estruturados segundo as regras da sua própria formação discursiva. Assim, os temas da resistência tais como a terra, a família, os costumes e a luta também estão presentes em outras produções artísticas.

Apesar das restrições dos temas ou do vocabulário no discurso da resistência palestina – restrições essas que são correspondentes à sua semântica global – a prática discursiva não se dissocia de outros elementos que compõem o contexto social e histórico de produção desse discurso. Isso significa dizer que, há um esquema de correspondência entre a prática discursiva e as condições de produção desse discurso que abrangem o contexto histórico-social, os interlocutores, os enunciadores e o lugar de

onde falam e a imagem que fazem do Outro de si, ou seja, há um esquema de correspondência entre elementos que são aparentemente heterogêneos.

Dentre esses elementos, destacamos o *ethos* palestino de resistência ou a imagem que o enunciador desse discurso faz de si a partir da percepção que o Outro teria dele. No poema "Carteira de Identidade", de Mahmud Darwich, a imagem de si é a projeção do interlocutor do discurso da resistência, que é um interlocutor tanto partidário quanto opositor da causa em questão. Logo, o *ethos* palestino de resistência corresponde a um conjunto de representações sociais que têm valor positivo ou negativo para este ou para aquele ao qual o discurso se reporta.

Portanto, o discurso da resistência palestina, veiculado através da obra literária, representa uma realidade social pré-existente ao mesmo tempo em que é manifestação do contexto de produção desse discurso, isto significa que, a obra literária portadora ou anunciadora desse discurso é constituída pelo interdiscurso e pelo intradiscurso, ou seja, pela memória e pela história. Desse modo, o discurso da resistência – expresso através da literatura – vem a ser o conteúdo da resistência e um modo de resistência.

Por fim, a finalidade do nosso trabalho foi a de apresentar uma contribuição aos estudos do discurso tendo como objeto de análise o discurso da resistência palestina. Para tanto, identificamos esse discurso em diversos textos, sobretudo os literários, e os submetemos ao aporte teórico formulado por Dominique Maingueneau acerca da gênese dos discursos. Além da contribuição aos estudos discursivos, nosso propósito foi também o de dar visibilidade ao esforço humano que objetiva, simplesmente, persistir para existir: a resistência palestina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2006.

BARTHES, ROLAND. "A retórica antiga". In: COHEN et al. (orgs.). *Pesquisas de Retórica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BENNET, Ramon. "Philister". In: *Revista Notícias de Israel*, abril de 2001.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*, vol. 2, 8 edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRENER, JAIME. *As guerras entre Israel e os árabes*. São Paulo: Scipione, 1997.

CARRÉ, Olivier. *L'idéologie Palestinienne de Résistance*. Paris: Foundation Nationale dês Sciences Politiques, 1972.

DARWICH, Mahmud. *The Music of Human Flesh*. London; Washington, D.C. : Heinemann : Three Continents Press, 1980.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dite*. Paris: Minuit, 1984.

FARAH, Paulo Daniel. *Geografia da Ausência: O espaço na Literatura Palestina (da Terra Natal ao Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

FORMAN, Geremy; KEDART, Alexander. "Colonialism, Colonization and Land Law in Mandate Palestine: The Zor al-Zarqa and Barrat Qisarya Land Disputes in Historical Perspective" in: *Theoretical Inquiries in Law*. Vol.4, n. 2, July, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____ "O que é um autor?" In: *O que é um autor*. /s.l./:Passagens,1969.

FROMKIN, David. *Paz e Guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

HADAWI, Sami, LEHN, Walter. "Zionism and the Lands of Palestine", in *Zionism & Racism*. Eaford, 1977.

HAESBAERT, Rogério. "Fim dos territórios ou novas territorialidades?" in: *Identidades: recortes multi e interdisciplinares.* Luiz Paulo da Moita Lopes e Liliana Cabral Bastos (orgs). Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HALL, Stuart. “The work of representation”. In: Hall, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage/The Open University. (Tradução Ricardo Uebel), 1997.

HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIETH, Norbert. “Os palestinos e sua verdadeira identidade”. In:*Revista Notícias de Israel*, abril de 2001.

MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____ *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

_____ *O Contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MASALHA, Salman. “Mahmoud Darwish Made a Homeland of Words”. In: *Haaretz.com*. Sat., September 13, 2008.

MEIR, Golda. *The Sunday Times*, 15 de junho de 1969.

MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, Linede, S. “A teoria perelmaniana e a questão da afetividade”. In:

OLIVEIRA, E. C.(org) *Chaim Perelman: direito, retórica e teoria da argumentação*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Filosofia, 2004.

MOTTA, Ana Raquel. *A favela da influência: uma análise das práticas discursivas dos Racionais MCs*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

_____ et SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2001.

PERELMAM, Chaim et al. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ROMUALDO, J. A. "Ethos e o discurso científico". In: Ana Raquel Motta, Luciana Salgado. (Org.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TRIEIGNIER, Michel. *Guerra e Paz no Oriente Médio*. São Paulo: Ática, 1994.

YASBEK, Mustafa. *Palestinos: em busca da pátria*. São Paulo: Ática, 1995.

Sites da Internet

http:// www.shammout.com

http://www.dampalestine.com